

## Os pais da Revolução ou de como o pai pode não ser o progenitor, mesmo quando perfilha o recém-nascido

---

Historiador

*«Il n'y a rien de plus semblable à un roman qu'une histoire secrète.»*

(Charles Nodier, *Histoires des sociétés secrètes de l'armée*, Paris, 1815, 90)

### Prólogo

O título deste artigo pode parecer excessivamente longo e pretensioso, mas é apenas uma modesta homenagem à época a que o artigo diz respeito, onde longos, por vezes longuíssimos, títulos se usavam como síntese da temática da obra. Este procura fazer essa síntese. O tema insere-se na filiação do velho direito romano que introduziu o conceito «Mater semper certa est, pater nunquam» ou, «Mater semper certa est, pater semper incertus est», as versões variam, mas o conceito é o mesmo: a maternidade é indiscutivelmente estabelecida pelo papel da mãe no momento do nascimento da criança. A ele voltará Freud em 1909, não apenas quanto à matéria positiva, mas também à simbólica e psicanalítica, na sua obra

«Family Romances»<sup>1</sup>. Por estas páginas também vão passar alguns «family romances» oitocentistas.

## Algumas generalidades à laia de introdução

A Revolução de 1820, como qualquer outra, tem causas, consequências e protagonistas. As causas e consequências não são objeto do presente trabalho, mas sobre isso existe uma vasta bibliografia, quer produzida na própria época, quer pela historiografia posterior. De entre as causas mais referidas, estão as invasões francesas, a fuga do rei para o Brasil, a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, o sorvedouro de envios monetários para a Corte (para apoio a despesas, pagamentos à aristocracia emigrada e aventuras militares na América Latina), o sistemas de recrutamento militar que despovoava os campos de mão-de-obra<sup>2</sup>, o excesso de membros do clero regular e secular improdutivos, a carestia de vida, o domínio político e militar inglês sobre o país, e em particular o seu total controlo sobre os postos de comando das forças armadas em detrimento dos oficiais portugueses, a incompetência dos governadores do reino, etc. etc.

Todas essas causas, bem como outras, hoje bem estudadas, foram tema de análise, quer antes de 1820, sobretudo nos jornais publicados na emigração, quer após a Revolução<sup>3</sup>; seja em debates parlamentares, seja em diversos opúsculos e volumosas obras que então abundantemente se publicaram beneficiando de uma nova liberdade de imprensa; só formalmente regulada por lei a 2 de julho de 1821. Em Portugal continental algumas obras foram sendo escritas antes dos pronunciamentos do Porto e de Lisboa como, por exemplo, a de António Maximino Dulac (1768-1850), um oficial da Secretaria

---

1 O texto alemão é de 1909 e tem tradução inglesa em 1913. Esta originariamente incluído na obra de Otto Rank, *Myth of the Birth of the Hero*.

2 Gomes Freire de Andrade dedica a esta questão grande parte da sua obra: Gomes Freire de Andrade, *Ensaio sobre o método de organizar em Portugal o exército relativo á população, agricultura e defesa do país*, Lisboa, na Oficina de João Rodrigues Neves, 1806.

3 Sobre isto vejam-se os capítulos próprios no trabalho de síntese de José Manuel Lopes Cordeiro, 1820. *Revolução Liberal do Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2020.

de Estado dos Negócios do Reino que se dedicara à análise das causas da decadência do país – um tema eterno em Portugal –, numa obra que seria impressa em dois volumes, com 308 e 326 páginas, logo em outubro de 1820: *Vozes dos Leais Portugueses ou Fiel Eco das suas novas Aclamações Á Religião, a El Rei, e às Cortes destes Reinos. Com a Franca Exposição que as estas fazem das suas queixas, e remédios que lhes imploram dos seus males. Dedicado às mesmas cortes. Lisboa: Na Impressão Regia, 1820*. A obra teve uma atualização em 1826 e é nela que ficamos a saber que ficara pronta em julho antes da Revolução: *Aviso para se juntar à obra Vozes dos Leais Portugueses escrita até Julho de 1820 e dada ao prelo em Outubro do mesmo ano*, Lisboa, Impressão Régia, 1826, 15 páginas<sup>4</sup>.

Nuno Monteiro (1955-) sintetiza assim o movimento de 1820 e os seus objetivos:

«[...] o pronunciamento liberal de 1820, uma iniciativa conjunta de um grupo de civis, juristas na sua maioria, e de militares. A heterogeneidade dos interesses congregados foi uma das marcas desse movimento, cujo objetivo comum passava por fazer o rei regressar a Portugal e expulsar os oficiais ingleses do exército, em particular o seu comandante, o marechal Beresford. Não é de estranhar, por isso, que ao lado da revolução estivessem então muitos daqueles que, mais tarde, se perfilaram como ativos apoiantes da contrarrevolução.»<sup>5</sup>

De uma forma simples e correta Nuno Monteiro resume em poucas linhas a composição social desses grupos – e do movimento que gerou – bem como as suas «contradições internas», para usar uma expressão que se aplica à temática de seguida analisada.

Desde a época que bibliografia percecione e atribui à revolução uma mudança «na sociedade», na relação com a Igreja e a religião, e um pacto,

4 António Maximino Dulac, insiste no mesmo tema um ano depois: *Exame Crítico e comparativo do Estado Actual de Portugal, considerado na Penúria dos seus Produtos, e Urgência de Suprimentos, Com Observações Demonstrativas Dos Recursos, Que Lhe Oferece A Vantagem Da Sua Situação Geográfica*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1827, VIII, 128 páginas.

5 Nuno Gonçalo Monteiro e Jorge Pedreira, «As chaves do período 1808-1834, in, *O Colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834*, Madrid – Carnaxide: Fundación MAPFRE – Editora Objectiva, 2013, 27.

já não entre o indivíduo e o soberano (o pai), mas entre o cidadão e o estado. A percepção de que outros protagonistas chegam ao poder, associada a mudança do Antigo Regime para o Liberalismo, cedo ficou associada a uma «ascensão» de outros grupos sociais que a literatura designou por «burgueses». De início o carácter de «classe» desse qualificativo não é expresso e a palavra é usada numa aceção larga e por vezes ambígua. Será a historiografia marxista que lhe introduzirá o seu carácter de classe, rotulará definitivamente a Revolução de 1820, como uma revolução burguesa e interpretará a sua história (aliás toda a história do constitucionalismo monárquico e republicano) e as suas “contradições” a essa luz. À época o conceito de «classe média» é raramente utilizado, aparecendo aqui e ali durante o triénio liberal, usado com idêntica parcimónia por liberais e antiliberais, mas ainda com um conteúdo sociológico pouco rigoroso.

Fernando Piteira Santos (1918-92), num livro hoje esquecido, publicado no início da década de 60<sup>6</sup>, onde se percebe que o historiador ainda hesita na aplicação dos conceitos de classe e capitalista, confessa:

«Evidentemente, o burguês dos primeiros anos do século XIX tem uma ideia diferente da transformação social a que assiste, e da qual é agente. Defende os seus ideais em nome de todos os homens, é a todos os homens que os seus princípios filosóficos se dirigem, não pretende elaborar uma «filosofia de classe». Para ele o interesse da classe burguesa identifica-se com o progresso geral da sociedade, a liberdade identifica-se com o interesse geral do capitalismo, a prosperidade nacional não se distingue do desafoço da economia privada. [...] este burguês não é o mesmo que durante séculos luta com a pretensão de se integrar na hierarquia social existente; o seu objetivo agora não é integrar-se na antiga hierarquia, é substituí-la. Seria interessante investigar a origem desta mudança de mentalidade. A mentalidade não varia apenas em função das épocas, varia também em função das classes, e para classes diferentes tem coeficientes distintos no mesmo momento histórico. Será esta burguesia uma classe diferente da burguesia que pretende instalar-se na ordem social feudal,

---

6 Fernando Piteira Santos, *Geografia e economia da revolução de 1820*. Lisboa: Europa-América, 1962. Reeditado pela mesma editora em 1975. 2500 exemplares em 1962 e 3.000 exemplares em 1975, bons tempos!

ou da que coadjuva a concentração do poder real com o objetivo de inserir-se nos quadros da nobreza?»<sup>7</sup>

O uso e abuso deste quadro teórico de interpretação deixou marcas indeléveis criando um modelo analítico que velou, por vezes, uma realidade social mais complexa e mesmo um propósito revolucionário que não tinha como prioridade a tomada do poder pela burguesia enquanto tal, mas a defesa de interesses profissionais (militares, ou comerciais, por exemplo) específicos.

Mouzinho da Silveira (1780-1849) afirma de forma muito clara: «O corpo do comércio era em fins de 1822 a única classe [na acessão de grupo profissional usado à época] que sustentava os liberais; mas esta classe excessivamente ignorante lisonjeava o liberalismo na intensão de que recuperaria o monopólio das colónias [...], o chamado patriotismo mercantil então manifesto pelo comércio contra o Brasil não tinha outro fundamento»<sup>8</sup>

Há quem procure mesmo uma genealogia para essa revolução burguesa vintista, «[...] na formação, em fevereiro de 1809, do Conselho Conservador de Lisboa – primeiro agrupamento clandestino da burguesia revolucionária, que enviou membros a todo o país na tentativa de se organizar à escala nacional, chegando a recrutar quase duas dezenas de adesões e possuindo um programa concreto e imediato de ação política»<sup>9</sup>. Essa dita «burguesia revolucionária», que na generalidade tinha pactuado com o invasor francês e tinha à sua cabeça José Seabra da Silva (1732-1813), intimo de Junot, publica à pressa no fim da primeira invasão o «*Catalogo por cópia extraído do original das sessões e atas feitas pela sociedade de portugueses dirigida por um Conselho Conservador de Lisboa e instalada nesta mesma cidade em 5 de fevereiro de 1808; tendo-se unido os instaladores em 21 de janeiro do mesmo ano para tratar da restauração da pátria*, Lisboa, Na impressão régia, 1808». A

7 *Idem*, 19-20

8 *Apud*, Nuno Gonçalo Monteiro, «População e sociedade», in, *O Colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834*, Madrid – Carnaxide: Fundación MAPFRE – Editora Objectiva, 2013, 191.

9 Almeida Garret, Augusto da Costa Dias, Maria Helena da Costa Dias e Luís Augusto da Costa Dias (introd.), *Obra Política- Escritos do vintismo (1820-23)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, 15.



Invasão termina em agosto de 1808 e a nossa «burguesia revolucionária» continuará a sua vida procurando benesses regias (no geral) e, sobretudo a comercial, fixada na reversão da abertura dos portos comerciais do Brasil, sem que se lhe denote qualquer outro ímpeto ou projeto, ou sociabilidade revolucionária.

Costa Dias<sup>10</sup> (1919-1976) na longa introdução à *Obra Política - Escritos do vintismo (1820-23) de Almeida Garret*, editada em 1985, no subcapítulo «condições da revolução liberal democrática: sua natureza, origens e legitimidade, seus limites e formas» escreve esta frase rebuscada: «Enquanto a burguesia, por se não ter particularizado consoante os seus interesses específicos, se opôs ao feudalismo, conservou-se unida; e longe da ação, os seus intelectuais típicos e os liberais em geral estiveram bem apetrechados para lutar, argumentar, criar em função de um adversário: o absolutismo monarco-feudal»<sup>11</sup>. O prefácio está todo ele «iscado» (como se dizia no início de oitocentos) de marxismo como grelha interpretativa. Costa Dias traça um «esboço histórico do quadro de forças da burguesia nacional»<sup>12</sup> que era suposta existir antecedendo a revolução, entende que os «os ideólogos burgueses encontram assim, em parte, os argumentos que conferem legitimidade à revolução. Nisto não tinham dúvida alguma: tratava-se de uma nova época que exigia leis e justiça de uma nova classe dominante, a burguesia»<sup>13</sup> e não hesita em classificar frei Francisco de S. Luís (1766-1845) autor do *Manifesto da Nação Portuguesa aos soberanos e povos da Europa* como «ligado aos setores pequeno-burgueses dos dirigentes políticos nortenhos»<sup>14</sup>

10 Daqui em diante quando se cita Costa Dias essa referência diz respeito ao conjunto dos três autores do prefácio, ainda que Augusto Costa Dias (1919-1976) já tivesse morrido quando a obra é editada em 1985.

11 Almeida Garret, Augusto da Costa Dias, Maria Helena da Costa Dias e Luís Augusto da Costa Dias (introd.), *Obra Política- Escritos do vintismo (1820-23)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, 37-38.

12 Idem, 25.

13 Idem, 46.

14 Idem, 46.

ou Almeida Garret (1799-1854) de «pequeno-burguês amadurecido»<sup>15</sup>, ou de explicar a assincronia entre os movimentos do Porto e de Lisboa «dadas as condições em que operavam os revolucionários portuenses, na própria clandestinidade e impedidos de contactar com a vanguarda da burguesia lisboeta»<sup>16</sup>

A historiografia portuguesa pós 1974, liberta de restrições censórias e com ampla liberdade de investigação, abraçou, porventura nem sempre conscientemente, essa perspetiva marxista da leitura da história, ou por convicção doutrinária, ou porque ela pairava na espuma desses dias. A procura de filiações historiográficas da revolução de abril produziu um incremento significativo de estudos sobre o liberalismo e o republicanismo. Nuno Gonçalo Monteiro publica em 1989 uma circumspecta síntese de todo esse labor e do seu significado, como mudança de paradigma historiográfico.<sup>17</sup> Em muitas dessas obras, bem como noutras que as antecederam na década de 60, ressoa o paradigma da revolução burguesa ainda que estudos posteriores mais atentos tenham tido dificuldade em encontrar essa pujança burguesa, deparando-se antes com nobres falidos e uma ausência de um grupo social burguês com capitais próprios significativos, ligados à produção ou ao comércio externo, mais órfã de benesses, do que emancipada e capaz de assumir e consolidar o poder que conquistasse – processo que durará três décadas e terá avanços e recuos.

A «sociedade» que se lança e abraça a aventura da revolução de 1820 tem à cabeça militares a quem não se pagava, chefias subalternizadas por oficiais ingleses, funcionários públicos com ordenados incertos, magistrados «ilustrados» pela reforma pombalina da universidade de Coimbra, mas sem horizonte de futuro e longe de uma corte a quem pedissem favores, num ambiente de escassez de dinheiro por todo o lado, uma economia sem

---

<sup>15</sup> Idem, 149.

<sup>16</sup> Idem, 46.

<sup>17</sup> Nuno Gonçalo Monteiro, « L'historiographie de la révolution libérale au Portugal : perspectives récentes », in, *La recherche en histoire du Portugal*, Paris : Centre d' études portugaises Ecole des Hautes Etudes en sciences sociales – Société Française d' Histoire du Portugal, 1989, 57-65.

capitais, um comércio decadente e padres sem cômputos que vadiavam pelas ruas. Mesmo aqueles mais esclarecidos, «iscados de maçonismo», como o prior dos Anjos, por exemplo, não hesitavam em rogar «[...] a V.Exa me permita licença para eu cuidar em permutar a minha igreja por algum pequeno benefício [...]» para se pouparem «a trabalhos», isto é, a perseguições.<sup>18</sup> A indústria era inexistente. Fernandes Tomás (1771-1822), um dos candidatos a «pai» da revolução, definia num célebre relatório as fábricas como «essa espécie de comércio», ou incluía-as sobre a designação «e para outros objetos» perpassando sobre a sua visão uma economia baseada na agricultura e no comércio, antes do mais, e a dúvida que existissem condições para se passar da manufatura a uma mecanização dos processos de produção:

«Sem uma estatística ou inventário exato dos materiais, que formam o todo do nosso edifício social, não é possível ter na devida extensão os conhecimentos necessários para o melhoramento das fabricas do reino – O estado de nossa população foi sensivelmente alterado pela guerra da Península, e por seus fatais resultados; e vós, Senhores, bem sabeis que nunca será prudente deixar de reparar com mão acautelada os braços de que podemos dispor para cultura, para o comércio, e para outros objetos; porque todos são ao mesmo tempo outras tantas colunas do estado, e mal poderá uma conservar-se em pé, derribadas ou estremecidas as outras.

Talvez que em boa economia seja fácil demonstrar, que o estabelecimento de certas fábricas entre nós é antes um mal que um bem; e muito mais enquanto não possuímos estas máquinas, que tanto facilitam o adiantamento do trabalho – mas isso há-se entreter vossos cuidados, e a Nação espera, que os seus resultados serão todos em seu proveito. »<sup>19</sup>

A ausência de manufaturas, ou a decadência das poucas existentes, foi abundantemente debatida, seja num quadro teórico, como instrumento de modernização, seja como ilustração das consequências da abertura dos

---

18 Carta a Rodrigo de Sousa Coutinho, em, Ângelo Pereira, *D. João VI Príncipe e Rei. Últimos anos de um reinado tormentoso*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1958, 22-23.

19 Manuel Fernandes Tomas, *Relatório feito às cortes gerais e extraordinárias de Portugal... sobre o estado e administração do Reino durante o tempo da Junta do Governo Supremo*, Lisboa: Imp. Nacional, 1821, 18-19.



portos do Brasil ao comércio internacional<sup>20</sup>. Mas, a verdade é que a esse Portugal rural não teimou apenas em persistir no discurso e no imaginário dos realistas. Discursos inflamados à parte, a estrutura da propriedade manteve-se no essencial, os processos de produção mantiveram-se os de sempre, os modelos de arrendamento, com outro nome que não o de servidões, persistiram, e os morgadios tiveram de esperar pela década de sessenta para serem extintos. Podem-se-me contrapor outras reformas, sem dúvida, - a importante abolição dos forais e dos bens da coroa a 13 de agosto de 1832, por exemplo - mas o modelo do «Portugal Regenerado» é um compromisso que não resulta de uma imposição, mas de uma conceção que deu primado ao político, como fator de regeneração, mais do que ao modelo de desenvolvimento, como hoje se diria. Existiram fortes vozes advogando reformas mais profundas, mas não foram essas que vingaram.

Passadas quatro décadas sobre esse furor inicial de estudos sobre o liberalismo muito se publicou. Como Nuno Monteiro já sublinhava no artigo atrás referido a mudança de paradigma deve-se a: «[...] Il y a eut un virage très important dans les orientations historiographiques dominantes, manifeste depuis la fin des années 70. À l'inverse des grandes tentatives de synthèse tournées vers une explication de la société portugaise pendant la période de la révolution libérale, parfois insuffisamment documentées, le modèle prévalent a été l'orientation vers des études sur les thèmes parcelaires, solidement appuyés au niveau des documents. En même temps, les grandes interprétations d'ensemble ont pratiquement disparu.»<sup>21</sup>

Esta orfandade de obras de síntese, que parecem, contudo, voltar como moda<sup>22</sup>, carece de um roteiro que permita ao leitor não especialista ter uma

20 Ver sobre este tema: Miriam Halpern Pereira, *Sob o signo da Revolução de 1820: economia e sociedade*. Lisboa: Assembleia da República, 2020.

21 Nuno Gonçalo Monteiro, « L'historiographie ... » , 59.

22 Cito, a título de exemplo, para o que aqui interessa, Jorge Pedreira e Nuno Gonçalo Monteiro (coord.), *O Colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834*, Madrid- Carnaxide: Fundació Mapfre – Editora Objectiva, 2013; José Luís Cardoso, *A Revolução Liberal de 1820*, Lisboa: CTT, 2019; José Manuel Lopes Cordeiro, *1820 Revolução Liberal do Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto 2020; e, por último, esse conjunto de pequenos textos banais que fazem parte de uma obra com o título pretensioso

noção dos estudos «parcelares» que são verdadeiramente decisivos para a compreensão deste período. José Luís Cardoso, acaba de reeditar a obra «Manuel Fernandes Tomás ensaio histórico-biográfico».<sup>23</sup> Pela admiração que tenho pela seriedade do seu trabalho como investigador roguei-lhe umas (merecidas) pragas por ter reeditado o livro publicado há 36 anos e não o ter reescrito, atualizando-o. Quatro décadas passadas justificavam a reescrita<sup>24</sup>. Porém, redime-se de nos desapontar com um precioso prefácio de carácter quase iniciático ao estilo: «procura e encontrarás». Nele inventaria as novas problemáticas, fruto de décadas de investigação e referencia a bibliografia essencial para as estudar. No fundo aconselha-nos a sermos nós a reescrever a biografia de Fernandes Tomás munidos desse instrumental. Seja como for, este seu prefácio e o artigo de Nuno Monteiro permitem uma retrospectiva de mais de meio século de bibliografia essencial sobre o vintismo e o liberalismo.

A historiografia atual tem uma leitura mais precisa e matizada do que foi o início desse movimento liberal e do que estava em jogo do ponto de vista económico e social. E a uma «burguesia revolucionária» que dominou o discurso historiográfico marxista sobre o liberalismo contrapõe-se hoje uma leitura contida, mas mais realista, das fragilidades desse grupo social, da debilidade dos seus objetivos naquele contexto e das motivações efetivas que levaram o grupo do Sinédrio a acabar por se converter, tardiamente, ao lançamento de um movimento militar. José Luís Cardoso descreve com clareza essa realidade: «Leva-nos isto a supor que entre os impulsionadores da atividade do Sinédrio se assistia ao aproveitamento político e militar de um descontentamento (que em si mesmo não constitui móbil da sua atenção) com vista a prossecução de objetivos que significavam o desejo de afirmação e ascensão de uma classe social burguesa até então limitada,

---

de *História Global de Portugal*, dirigida por Carlos Fiolhais, José Eduardo Franco e José Pedro Paiva, Editado em 2020 pela Temas e Debates.

23 Almedina, 2020, 2ª ed.

24 Quanto mais não fosse para corrigir a frase «E poucos meses após Gomes Freire cair fuzilado [...]». De facto era esse o seu desejo, mas, para sua maior humilhação, foi enforcado.

quer em termos de representação política, quer em termos de poderio económico [...]»<sup>25</sup>

Essa «paternidade» burguesa, não foi contestada, ao ponto de se anular a sua responsabilidade no «processo histórico», antes reduzida á sua verdadeira dimensão enquanto movimento social integrado, não num «processo histórico» linear, mas naquilo que o saudoso António Hespanha (1945-2019) designava com precisão num «feixe de processos históricos» sintetizando numa simples expressão a mudança de uma visão linear das transformações sociais - de que foi defensor durante alguns anos - , para análise da complexidade dos diversos movimentos, por vezes contraditórios e nem sempre síncronos, que propulsionam essas mudanças. O singular «pai» passou a um plural «pais».

## Os pais incógnitos

Ainda que, nem aos eufóricos e divididos vintistas, nem à historiografia que à revolução se dedicou desde o século XIX, tenha escapado, quer a filiação mais longínqua das causas internacionais da revolução, quer aos movimentos reformistas que a antecederam, a verdade é que estas só mais recentemente começaram a ser estudadas em profundidade e numa perspetiva comparada.

O movimento de 1820 proclama-se «regenerador» e usa com austera parcimónia a designação de «revolução»; Garret, mais frequentemente. Este é um qualificativo que a historiografia mais tarde consagrará. O vintismo era regenerador e este qualificativo manterá um vigor conceptual duradouro. Porém, escamoteia uma realidade incontornável. Os movimentos reformistas na viragem do século XVIII para o século XIX não partem apenas de fora para dentro do sistema político, mas têm particular vigor dentro dos próprios círculos do poder, e mesmo dentro de correntes antagónicas entre si.

---

25 José Luis Cardoso, *Manuel Fernandes Tomás Ensaio histórico-biográfico*, Coimbra: Almedina. 2020, 68, 2º ed. As citações são todas feitas desta edição por ser mais fácil hoje de encontrar do que a original de 1983.

Nuno Monteiro coloca a questão do modo como se desenvolveu o processo reformista, desmistificando a paternidade maçónica que alguns, durante anos, erigiram em paradigma, sem prova que a sustentasse e sem atender ao contexto social e político em que o fenómeno marginal da maçonaria se inseria: «Tal significa que só em 1800, a através da maçonaria, começou a pensar-se nas «reformas da administração do estado»? De maneira nenhuma. É no próprio corpo do oficialato central da monarquia, por vezes no seio do governo, que podem ser encontrados alguns dos maiores expoentes do pensamento reformista.»<sup>26</sup> e mais adiante reforça esta ideia: «[...] o advento do liberalismo não foi produto cumulativo de uma lenta sucessão de mudanças, antes um desenvolvimento precipitado por um contexto de conflito internacional. No entanto tal não significa que já antes, designadamente ao longo da segunda metade de setecentos não tenham ocorrido certas evoluções que modificaram aspetos importantes da ordem social e política portuguesa.»<sup>27</sup>

Vale a pena referir um exemplo apenas; o de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1755-1812) que melhor do que qualquer outro dos reformadores do seu tempo foi alvo de um trabalho exaustivo de Andrée Mansuy-Diniz Silva.<sup>28</sup> O pensamento reformista antecede e enforma o pensamento regenerador (revolucionário, por assim dizer), mesmo que este singre, depois, por caminhos diversos e horizontes mais amplos. Mas, a reflexão sobre a necessidade «de reformas» já lá está e não é por acaso que Pina Manique (1733-1805) olha com suspeição e até animosidade para algumas das figuras desse movimento de reflexão reformista dentro do próprio núcleo do poder. Assim, a paternidade não é concebida num único momento, mas há um acumular de transformações que partem de dentro e de fora do próprio sistema político e se traduzem também em mudanças de comportamentos sociais cuja disrupção será

26 Nuno Gonçalo Monteiro, «A vida política», in, *O Colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834*, Madrid – Carnaxide: Fundación MAPFRE – Editora Objectiva, 2013, 38-39.

27 Nuno Gonçalo Monteiro, «População e sociedade», in, *O Colapso do Império ....*, 183.

28 Andrée Mansuy-Diniz Silva, *Portrait d'un homme d'État : D. Rodrigo de Sousa Coutinho Comte de Linhares 1755-1812*. Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2002, 2 vol. de 722 e 754 p.

acelerada pela partida da corte para o Brasil e pelas invasões francesas, com todas as suas consequências, distanciando-se assim a revolução portuguesa do modelo francês, fruto de uma crise do regime senhorial.

De igual modo, «the king over the water», - para usar a expressão que os hanoverianos tinham na Grã-Bretanha para designar as pretensões da deposta e exilada dinastia dos Stuart -, colocava ao país não apenas desafios de natureza económica (abertura dos portos ao comércio internacional e sangria de recursos financeiros e militares), mas também um problema de conceção do próprio estado. Se a percepção de serem «colónia de uma colónia», ou para usar a expressão de Xavier de Araújo (1786-1858) «a humilhação de ser colónia do Brasil»<sup>29</sup> incomodava os metropolitanos habituados a ser sede da coroa, as consequências de uma nova conceptualização do reino, consagrada em 1815 com a criação do «Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves», adotada na difícil conjuntura do Congresso de Viena, desse mesmo ano, terá consequências de longo prazo. Não terá existido, à época, a percepção clara de que o não regresso de D. João VI (que chegou a estar previsto para 1814) e a adoção dessa designação procuravam iludir a inviabilidade de uma soberania comum sobre os dois territórios a curto prazo. A percepção do problema agudiza-se após a revolução. Manuel Borges Carneiro (1774-1833) escreve numa nota de rodapé:

«Perguntará aqui alguém: “E El-rei não pode em consequência do poder supremo fazer de Portugal colónia do Brasil”? Seja quem responda o imortal Grocio. “Se o rei, diz, obra como inimigo da nação e dirige os seus procedimentos a arruiná-la, concordo eu com Braclai, em que perde ele a Coroa e se fica entendendo que a abdicou; pois é incompatível a vontade de governar com a vontade de destruir. Ora não acontecerá facilmente este caso quando o rei o é de um só reino, a não ter ele perdido o juízo; porém quando for rei de dois ou mais reinos, pode mui bem verificar-se, porque pode então querer em favor de um deles arruinar o outro e convertê-lo em colónia”»<sup>30</sup>

29 Xavier de Araújo, *A Revolução de 1820. Memórias...* Casal de Cambra: Caleidoscópio, Edição e Artes Gráficas, 2006), 4.

30 Manuel Borges Carneiro, *Portugal Regenerado em 1820*. Lisboa, Tipografia Lacerdiana, 1820, 3ª ed., 56-57



Assim o reino, cuja paternidade era simbolizada pelo rei-«pai», associação comum na época, estava em processo de cissiparidade irreversível. E esse processo, incógnito para a generalidade dos coevos, pesará sobre a eclosão da revolução por percepção da rutura do vínculo comercial por parte do Reino de Portugal – na sua dimensão simbólica, mas sobretudo comercial – com o Reino do Brasil. É certo que as notícias sobre a situação internacional constavam de todas os periódicos que clandestinamente entravam no país, mas a percepção real dos condicionalismos dessa conjuntura não existia em toda a sua expressão. O desejo de alguma burguesia mercantil em recuperar o monopólio do Brasil, motivação maior para muitos aderirem à revolução do que a mudança de regime ou a existência de uma constituição, era uma quimera de que em breve se aperceberiam.

### O papel do indivíduo na história<sup>31</sup>

O título é roubado a uma obra de Plekhanov (1856-1918), traduzida por Serafim Ferreira, e editada em Portugal em 1971. Comprei-a na Livrelco, uma cooperativa livreira com mais de 7.000 sócios que ficava num 1.º andar da rua José Carlos dos Santos, em Entrecampos, bem perto da casa dos meus pais e que por esses anos era dominada pelo MRPP e «visitada» amiúde pela PIDE. A obra era então de leitura obrigatória.

O título indica o objeto do texto: reler e escrever a história à luz das teses de Marx segundo as quais o modo de produção económico determina a organização da sociedade, implicando um novo papel do indivíduo no processo histórico, criticando o individualismo herdado do romantismo e postulando que só a ação dos indivíduos (integrados em grupos, claro) que se dedicassem à organização e preparação das massas para lutas concretas tinha significado e que só ela, e não o ato individual, podia levar à revolução social.

Esta conceção, tão cara aos marxistas e à historiografia marxista, «atrapalha» um pouco a análise do período em questão, numa conjuntura

---

31 Guiorgui Valentinovitch Plekhanov, Serafim Ferreira, (trad.) Amadora: M. Rodrigues Xavier. 1971.

complexa, de forte individualismo e romantismo, onde nem sempre é fácil atribuir, nem o papel do indivíduo na história, nem o modo e o tempo de (re)composição dos grupos sociais, nem as formas objetivas como uns e outros se exprimem.

Costa Dias na sua introdução à obra política de Garret define-o de acordo com uma grelha interpretativa gramsciana<sup>32</sup> como «Revolucionário com ação de vulto no vintismo o jovem Garret traduziu nos seus escritos, em especial em «O dia 24 de Agosto», a sua posição de intelectual orgânico<sup>33</sup> da burguesia.»<sup>34</sup> Esta obsessão da historiografia marxista em catalogar comportamentos individuais, e grupos de interesses como classes sociais, marcou uma época e deixou um cunho em leituras estereotipadas da Revolução de 1820. O mesmo autor afirma sem hesitações:

«A vivência da revolução (que é burguesa) confere sobretudo ao pequeno-burguês intelectual, uma consciência revolucionária no seu duplo aspeto de apropriação da história e da historicidade, assente na posição interveniente do homem e das massas ... do Homem abstrato, do indivíduo “tout court”, em primeiro lugar. Tal consciência tinha, portanto, base na circunstância de que o homem “constrói a sociedade, e nessa atitude, “constrói-se” a si mesmo. Para este intelectual pequeno-burguês, o individualismo é exaltação do homem liberto das relações humanas feudais, que encontra na cidadania a expressão ideal de todas as suas reprimidas faculdades»<sup>35</sup>

A Revolução de 1820, e a guerra civil que lhe sucedeu, foram terrenos fértil para devaneios historiográficos que facilmente se encontram na

---

32 Antonio Francesco Gramsci (1891-1937)

33 Segundo Gramsci numa sociedade de classes não existem intelectuais autônomos em relação à estrutura social. Cada grupo social essencial, isto é, aquele envolvido diretamente nas relações de produção hegemônica de uma etapa do desenvolvimento histórico, cria para si uma ou mais camadas de intelectuais que lhes proporcionam homogeneidade e consciência de sua própria função, no campo político, social e econômico. Gramsci designa estes elementos de “intelectuais orgânicos” porque têm uma ligação vital com a classe que lhe deu origem.

34 Almeida Garret, Augusto da Costa Dias, Maria Helena da Costa Dias e Luís Augusto da Costa Dias (introd.), *Obra Política- Escritos do vintismo* (1820-23), Lisboa, Editorial Estampa, 1985, 90.

35 *Idem*, 68.

bibliografia oitocentista e, sobretudo, nas décadas de 70 e 80 do século passado. A profusão de fontes impressas geradas pelo vintismo, fruto da liberdade de impressão e dos manifestos e contramanifestos dos exilados liberais de diversas épocas de perseguição, forneciam um manancial de pistas de leitura e de interpretação da época que foram utilizados com maior ou menor coerência e lucidez pelos historiadores.

«Regeneradores e Salvadores»<sup>36</sup> era a forma como esses pais da revolução eram normalmente designados em manifestações de acrisolado amor e veneração em prosa, ou em verso (por vezes de leitura penosa). De entre eles, uns assumiram-se claramente como pais salvadores (sendo ou não), outros tentaram conceber uma paternidade coletiva e outros, ainda, procuraram uma sobriedade mais consentânea com tamanha responsabilidade paternal.

Com rigor, não eram pioneiros, nem os que cultivaram o individualismo da paternidade, disputando-a sem pudor, nem os que procuraram monumentalizar a obra de um coletivo. Como noutro texto<sup>37</sup> tive ocasião de analisar há três tentativas anteriores conhecidas de organizações clandestinas com o objetivo de liderar uma mudança na forma como o país estava a ser gerido: as duas primeiras em 1808, no fim da primeira invasão francesa e a terceira em 1817<sup>38</sup>. Vale a pena olhar para estes episódios sucintamente, porque deixaram modelos comportamentais que estarão presentes nos processos de paternidade do vintismo

Em 1808, um grupo de lisboetas constitui um «Conselho Conservador de Lisboa», uma estrutura heterogénea, quer na sua composição social,

---

36 Citado de José Liberato Freire de Carvalho e José Ferreira Borges, José Manuel Martins (pref.) *Memórias da Regeneração de 24 de Agosto de 1820*, Coja: Editorial Moura Pinto, 2020, 53.

37 Fernando Marques da Costa, *A maçonaria entre a força e o cacete, entre o mito e a realidade*, Lisboa: Campo da Comunicação, 2018.

38 Parece ter existido também uma em 1809 com a designação de «Senado Conservador», mas sobre a qual nada se sabe, nem mesmo se realmente existiu.

quer na motivação para a ela pertencer.<sup>39</sup> Quando as tropas do general Junot ainda se retiravam em setembro de 1808, os membros do Conselho deram à estampa as atas das suas reuniões e a lista dos seus membros numa obra intitulada «Catálogo por Cópia», editado formalmente pela Imprensa Régia e com «Licença». O «Catálogo» é um documento com atas de 41 reuniões realizadas em nove meses, entre 5 de fevereiro e 11 de setembro.<sup>40</sup> A Lista dos 183 membros está numerada, mas os nomes só começam no nº 2<sup>41</sup>, tal como no Sinédrio o nº1 não foi atribuído. A convicção (para muitos certeza, na verdade nunca desmentida) era a de que esse oculto nº 1 era José Seabra da Silva, à data já octogenário e que conviveu com o invasor com grande proximidade.<sup>42</sup> Estes homens reúnem-se pela primeira vez a 05.02.1808 e em setembro assumem-se publicamente como um coletivo, não como indivíduos ou liderados por um indivíduo. A sua propensão - teórica apenas<sup>43</sup> – para a paternidade de um movimento «regenerador» era coletiva.

O capitão Veríssimo António Ferreira da Costa, do Regimento de Infantaria de Linha n.º 13, também editou uma brochura, em 1809, explicando as suas iniciativas contra o invasor: um texto de 28 páginas com o relato das diligências que fez para sublevar a capital, redigido na primeira pessoa, datado de 14.12.1808 tendo em anexo um «documento justificativo» atestando a veracidade desse relato, assinado por 14 militares, todos da Guarda Real de Polícia, datado de 15.12.1808.<sup>44</sup> Porém o «Catálogo», a publicação

39 *Catálogo por Cópia Extraído o Original das Sessões, e Actas Feitas pela Sociedade de Portugueses Intitulada Conselho Conservador de Lisboa, e Instalada Nesta Mesma Cidade em 5 de Fevereiro de 1808; Tendo-se Reunido os Instaladores em 21 de Janeiro do Mesmo Ano, para Tratar da Restauração da Pátria*. Lisboa: Na Impressão Régia, [1808].

40 A errata à página 44 corrige a data de 1 de outubro, para 11 de setembro.

41 O Padre Mateus Augusto, beneficiado.

42 Na «Relação de todos os Portugueses Ajuramentados», o nome do «sócio» número um está em branco.

43 Todos os testemunhos da época, do memorialismo e da historiografia oitocentista duvidam do seu real empenhamento numa mudança.

44 Veríssimo António Ferreira da Costa, *Manifesto das Diligências e Meios Que Se Empregaram em Lisboa Relativos à Liberdade da Pátria*. Lisboa: Na Imprensa Régia, 1809.

mais notória pela clara repercussão de teve junto de personagens coevos<sup>45</sup>, surpresos pela contradição entre a convivência de muitos com Junot e a reivindicação conspirativa. Ambos procuram constituir-se como documentos exoneratórios da suspeita de colaboracionismo face à onda de violência popular antifrancesa que marcou o fim da primeira invasão.

Ferreira da Costa, escreve na primeira pessoa e assume-se como o pai e o mobilizador da iniciativa, como a cabeça que liderou todo o processo. Dois posicionamentos distintos. Uma paternidade coletiva – incluindo um elemento oculto – e uma paternidade individual. Uma com uma ampla mistura de civis e militares, a outra exclusivamente militar.

Parece terem existido outros grupos de conspiradores, mas deles não ficou rasto, não se sabendo que modelo terão adotado, se é que alguma vez existiram.<sup>46</sup> Nenhum deixou boa opinião na época nem na historiografia oitocentista.<sup>47</sup>

45 A apreciação de Henry Carrion d’Espagne de Nisas (1767-1846), general francês, não é muito lisonjeira e exprime a dúvida que desde a época pairou sobre os trabalhos deste Conselho Conservador: Tous les éléments d’un parti français nous les avons négligés, gaspillés, nous avons dégouté, rudoyé tout le monde, opprimé et vexé les plus dévoués de nos partisans, par les conseils des fidalgos, bas valets qui nous ont abandonné au jour du besoin. [...] Depuis notre évacuation, les fidalgos se sont vanté, par les proclamations publiques, de nous avoir traités comme leurs pères avait traité le gouvernement autrichien [espanhol] en 1640, d’avoir établi et maintenu un gouvernement secret, en conspirations permanent, à coté de notre gouvernement. Les séances de ce comité [Conselho Conservador] sont imprimées; on y voit figurer les plus assidus courtisan des Français, ceux à qui on avait accordé le plus de confiance. Henry Carrion d’Espagne de Nisas, citado de Silva Dias, *Primórdio da maçonaria em Portugal*. Lisboa: INIC, 1980, Vol. I, T. II, 493.

46 «Observando-se que outros muitos portugueses, não se sustendo ao choque das hostilidades feitas em Évora, etc., se deixaram presumir associados para tentar o desagravo; e nos convidavam ignorando a nossa para a sua sociedade: e temendo nós que intentassem extemporaneamente, e sem fruto, porque não tinham detalhe, nem forças, uma vez que estas estavam anexas ao nosso partido; tratámos de os atender, e chamar a nós, para que unidas fossem poderosas as forças, que divididas de pouco serviriam. [...] Tendo-se conseguido pelo desvelo de todos, e de cada um de nós, a união de algumas das dispersas sociedades, assim foi participado: decidimos então que os representantes delas entrassem nas nossas sessões [...]. Ata nº XIV, *Catálogo...*, 24-25.

47 Luz Soriano é muito crítico do Conselho Conservador e das tentativas de Veríssimo António Ferreira da Costa, e afirma que estes não se aproveitaram das circunstâncias favoráveis para sublevar Lisboa: Pelo medo que tiveram, disseram eles, de irem acender as paixões e vinganças do baixo povo, isto é,



## O pavor dos filhos ilegítimos

O Conselho Conservador propôs-se como objetivo «[...] a grande obra de sacudir o jugo francês, de restaurar a pátria, de vingar a religião católica romana, e de restituir o trono ao seu legítimo soberano [...]».<sup>48</sup> Trocado o «jugo francês», de 1808, pelo «jugo inglês» de 1820 o objetivo teórico da conceção paternal é o mesmo. O «Manifesto» do capitão Ferreira da Costa tem genericamente o mesmo objetivo, mas exprime de forma mais clara o propósito de ambos os movimentos «conspiradores»; de que vamos encontrar eco em 1817 e em 1820.

[...] e para firmar a nossa esperança do resgate da escravidão em que suspirávamos, sem, contudo, expor Lisboa ao ímpeto de algum tumulto plebeu [...]. À medida que se divulgou, e confirmou esta notícia [derrota francesa na batalha do Vimieiro], manifestou-se uma fermentação popular, que ameaçou uma infausta dissolução da capital [...] uma agitação extraordinária de mau agioiro [...] segundo o bom senso, e o amor da humanidade exigiam, não se podia empregar assaz cuidado para acautelar a irrupção de uma convulsão violenta. Não faltava quem estimulasse partidos tumultuários; quem galhardeasse de ostentar-se à testa de fações impetuosas, e quem projetasse desordens favoráveis a vistas particulares.<sup>49</sup>

O receio de «expor Lisboa ao ímpeto de algum tumulto plebeu» ou que a ausência de liderança securitária «estimulasse partidos tumultuários; quem galhardeasse de ostentar-se à testa de fações impetuosas, e quem projetasse desordens favoráveis a vistas particulares» são preocupações

---

quando não havia elementos de revolta não a podiam fazer pelo mau êxito que temiam, e quando houve esses elementos de revolta não a podiam fazer pelo mau êxito que temiam, e quando houve esses elementos o receio da empresa os afetou igualmente. Então como queriam fazer a revolução, se não queriam apoiar-se no povo? [...]. Seguramente os conjurados nenhuma vocação tinham para o desempenho da importante missão que tomaram a seu cargo. Não querendo, portanto, arriscar-se às funestas consequências do mau êxito da empresa, entenderam por melhor não fazerem esforço algum de comprometimento para ele, porque todo o martírio é doloroso, e não se quiseram expor ao martírio. Simão José da Luz Soriano, *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1866-1890), 2.<sup>a</sup> época, I, 378-380, 382.

48 Catálogo..., 3.

49 Veríssimo António Ferreira da Costa, *Manifesto das Diligências e Meios Que Se Empregaram em Lisboa Relativos à Liberdade da Pátria*. Lisboa: Na Imprensa Régia, 1809.

que ditas de forma diversa nos dois «Manifestos» convergem numa conceção do seu papel como força de contenção do descontentamento popular e não de estímulo e liderança deste descontentamento. O papel que se reservam é o de estarem preparados para se porem à cabeça de qualquer «explosão» que ocorresse, para usar a expressão tão citada no processo de Gomes Freire de Andrade de 1817. Não se concebia a existência de filhos ilegítimos, a paternidade adotiva (neste caso) era essencial para assegurar o controlo «da plebe».<sup>50</sup> Sob esse receio pairava ainda a sombra da Revolução Francesa e das sublevações camponesas anti senhoriais que provocou, o que não aconteceu em Portugal em 1820<sup>51</sup>.

Este posicionamento, bem como algumas hesitações expressas nestes textos, vamos encontrá-los mais tarde, em 1817 e 1820 <sup>52</sup>. O entendimento passivo que estas elites tinham do papel que deviam desempenhar em caso de sublevação popular ou pronunciamento militar vai subsistir como modelo de paternidade.

Ao longo da transcrição das diversas sessões de interrogatório a Gomes Freire vamos encontrar frases como esta: «[...] fazendo tensão de conhecer a fundo do que se tratava para que no caso de que houvesse uma súbita explosão ele respondente poder dar mediante a sua popularidade a precisa direção dela para conservar o reino ao soberano e salvar a pátria.»<sup>53</sup> Mais adiante, noutro interrogatório «[...] sucedendo a explosão repentinamente,

50 Na ata número XXVIII do Conselho Conservador lê-se: «[...] 2º que, se como era provável, a plebe, ou alguma sociedade estranha, vendo que as forças inimigas aqui eram poucas, se animasse a romper tumultuariamente por impulso da malícia, do crime, do celeratismo, ou da imprudência, devíamos atalhar esses males dirigindo a massa popular para seu próprio proveito, e glória, dando-lhes chefes.» *Catálogo...*, 29. Ver também nota 47.

51 Ver sobre isso, Nuno Monteiro, «Lavradores, frades e forais. Revolução liberal e regime senhorial na comarca de Alcobaça, 1829-1824), em *Ler História* nº 4, 1985.

52 Porventura também em 1810, no «Senado Conservador», ainda que nada se conheça desta organização, que estará na origem da repressão de setembro de 1810. A referência a este Senado Conservador encontra-se na obra *Manifesto sobre o Procedimento do G. O. Luz. Em os tempos que procederão á sua desorganização, acontecida em Abril de 1815; no qual se declaram os motivos da ruína da Maçonaria em Portugal*. Cadiz: s. ed., 1815.

53 Processo de Gomes Freire de Andrade, fólio 394.

e vindo os sócios da conspiração buscá-lo a sua casa para comparecer como lhe tinha prometido [...] neste caso projetava ele respondente o ver por meio da sua popularidade se se punha à testa da força armada para assim fazer alguns arranjos políticos».<sup>54</sup> O pavor de uma revolução popular ou sublevação militar perpassa todos estes episódios e predis põem-se a dar «a precisa direção» ao movimento que ocorresse, no fundo para assumir a paternidade de um filho que não conceberam.

Muitos anos mais tarde, José Liberato (1772-1855) escreverá: «nós temos um medo horroroso de todas as revoluções da natureza, e também das da política, se estas são feitas pelo povo<sup>55</sup>» [...] «E a existir uma espécie de revolução [...] pedirá uma revolução generosa e pacífica, feita pelo seu próprio rei e governo, para que o povo nunca a faça e até mesmo nem a deseje<sup>56</sup>». Xavier de Araújo segue as mesmas pisadas: «Seria melhor que um coronel comesse esta revolução no meio de uma anarquia terrível? Ou que ela se fizesse com toda a ordem possível, e debaixo de um plano combinado e preparado de antemão»<sup>57</sup>

## 1820: Há mais pais do que filhos

O melhor relato sobre os preparativos da conspiração que levou à revolução de 1820 foi redigido por José da Silva Carvalho, que dela fez parte desde 27.12.1817, o dia da primeira conversa com Fernandes Tomás, e não, como António Ventura afirma<sup>58</sup>, por Xavier de Araújo, que adere dois meses

54 *Idem*, fôlio 401v.

55 Resposta a Rocha Loureiro que defendia o contrário. Citado de José Liberato Freire de Carvalho e José Ferreira Borges, José Manuel Martins (pref.) *Memórias da Regeneração de 24 de Agosto de 1820*, Coja: Editorial Moura Pinto, 2020, 17.

56 *Idem*, 23.

57 Xavier de Araújo, *Memórias ...*, VI.

58 «Na sua organização esteve o Sinédrio, por vezes confundido com uma estrutura maçónica, o que não corresponde à verdade. Tratava-se de um organismo secreto sim, inspirado certamente na Maçonaria, constituído por maçons, mas não exclusivamente, e desprovido de qualquer relação orgânica com aquela Ordem. Tal situação foi desde muito cedo esclarecida por José Maria Xavier

antes da revolução.<sup>59</sup> Na primeira página do texto pode ler-se: [...] propôs-me [Fernandes Tomás] que um partido de homens de confiança que nesse tempo estivesse unido poderia livrar-se dos tumultos populares quando eles tivessem lugar, e aproveitando-se desses momentos encaminhar a Revolução a um fim útil, dirigindo-a bem, e talvez se conseguisse que ela fosse o regenerador da sua pátria, uma vez que os homens de que fosse composto, fossem de probidade, e firmeza de carácter, e de um segredo a toda a prova».

O Sinédrio é um coletivo que quer liderar um movimento insurrecional que venha a ocorrer. Aguardam por ele e reúnem-se para preparar a «liderança» que se propõem oferecer à «plebe» ou à «tropa». Foi preciso esperar pela primavera de 1820 para que este grupo decidisse passar a uma atitude mais ativa, impulsionado pela revolução espanhola, liderando, por fim, um recrutamento direcionado para a organização de uma sublevação militar de implantação regional.<sup>60</sup> Em setembro de 1820 o Sinédrio era uma estrutura informal de civis (magistrados e negociantes) e militares. Ao contrário dos movimentos anteriores este foi bem-sucedido com todas as consequências que daí advêm; isto é, chegaram ao poder e tiveram de decidir o que fazer com ele: a unicidade - e mesmo a unidade - de posições é, por regra, impossível de assegurar nestas circunstâncias. Cedo a paternidade da revolução começa a ser disputada.

Começemos pelos pais «coletivos» que reclamam a paternidade: a maçonaria e o Sinédrio.

---

de Araújo, o único protagonista dos eventos que deixou um relato pormenorizado dos mesmos. Ventura, *Uma História da maçonaria em Portugal 1727-1986*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013, 111.

59 Trata-se do «Memorandum sobre os acontecimentos do dia 24 de Agosto de 1820». Publicado e comentado por Maria João Mogarro, *Silva Carvalho e a Revolução de 1820*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

60 A 01.01.1820 o general Rafael del Riego (1784-1823) e as tropas que lhe eram afetas reimplantaram o regime constitucional e em março foi restaurada a Constituição de Cádiz de 1812, que havia sido revogada em 1814.



A discussão sobre se o Sinédrio é uma estrutura maçónica ou «para-maçónica» está ultrapassada com a análise rigorosa quanto à data em que alguns dos seus membros aderem à maçonaria (por regra depois da revolução) e quanto à inexistência de atividade maçónica que pudesse gerar e sustentar o Sinédrio.<sup>61</sup> Os testemunhos da época e dos participantes são

61 Ver sobre esta questão os dois trabalhos mais recentes. Fernando Marques da Costa, *A Maçonaria entre a força e o cacete, entre o mito e a realidade*, Lisboa: Campo da Comunicação, 2018 e Manuel Pinto dos Santos, «Sinédrio e Maçonaria no Movimento de 1820», in, *Revista de Maçonaria*, nº 1, 2020, 112-239. Dos 13 membros do Sinédrio, cinco estão identificados como maçons. Porém, Fernandes Tomás já não pertence, como ele próprio confessa, de Ferreira Borges só se lhe conhece participação



também eloquentes. Desses dois anos e meio de conspiração e hesitação existem vários testemunhos. O mais importante, porque esteve presente desde o primeiro dia, é o de Silva Carvalho, que deixou uma memória detalhada: Maria João Mogarro, *José da Silva Carvalho e a Revolução de 1820*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990. Nos «Reservados» da Biblioteca Nacional de Portugal encontra-se parte do diário de José Ferreira Borges (1786-1838), onde esta questão também é tratada. A existência dessa documentação foi pela primeira vez revelada por Teresa Mónica. Teresa Mónica, «A Maçonaria no Início da Revolução Liberal», em *Diário de Notícias, Suplemento Cultura*, 20.06.1987. É ele também o responsável pela primeira descrição do Sinédrio publicada no «Campeão Português *Campeão Português*, 1821, Vol. IV, 205.». Existem ainda os testemunhos de Bernardo Sepúlveda (1791-1845), *Alicerces da Regeneração Portuguesa*. Lisboa: Typ. Rollandiana, 1820, e o de Frei Francisco de S. Luís (1776-1845), «Dedução dos Factos», em António Coelho (dir.) *Mensageiro de S. Bento: Publicação Bimensal Beneditina e Litúrgica*. Moxico (Angola) Negrelos (Minho): Colégio das Missões Beneditinas do Moxico: 1945.

Apesar disso, são ainda grandes as afirmações surpreendentes sobre esta questão e percebe-se mal que alguns historiadores ainda insistam na tese do Sinédrio como estrutura maçónica, ou, numa versão mais modelada «inspirado na Maçonaria». O infeliz e inexplicável catálogo editado pela Biblioteca Nacional de Portugal em 2018, organizado por Luís Augusto da Costa Dias, é o exemplo mais gritante (e lamentável) de como a mitologia é mais forte do que a realidade histórica, mesmo quando esta é desmentida por todos os depoimentos dos memorialistas. Para o autor do catálogo o Sinédrio é «um agrupamento liberal de contornos maçónicos»<sup>62</sup>, o que por si só não justifica o título do catálogo ao estilo do Correio da Manhã.

---

maçónica em 1820 e Silva Carvalho só foi iniciado em 1821. Apenas José da Cunha Souto Maior (1767-1850) já era maçom em 1820, mas apenas adere ao Sinédrio três meses antes da revolução, e Bernardo Correia de Castro Sepúlveda (1791-1833), militar, de que se conhece atividade maçónica em 1815, só se junta ao Sinédrio a 19 de agosto, escassos dias antes da revolução.

62 Luís Augusto Costa Dias (org.) *O Sinédrio: uma conspiração maçónica*, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2018, 3.

António Ventura e Maria de Lurdes Viana Lima seguem o mesmo obtuso caminho afirmando em 2019: «[...] alguns descontentes, aprendendo com o drama de Gomes Freire Andrade, fundaram uma estrutura secreta, O Sinédrio, inspirado na Maçonaria mas não integrado nela, embora muitos dos seus membros fossem simultaneamente pedreiros-livres».<sup>63</sup> Não se percebe como é que o Sinédrio pode ser «inspirado» na maçonaria, já que não tinha nem cerimónia de admissão, nem ritual de funcionamento, nem estatutos que mereçam esse nome, nem juramento como o das sociedades secretas em voga na europa. Em todos estes aspetos o Sinédrio difere também das «sociedades secretas» criadas em 1808 e 1817.

Este aspeto tem sido sempre pouco sublinhado. Nem o memorialismo, com a exceção que abaixo se refere, nem a historiografia posterior analisaram com detalhe o que diferencia Portugal de muitos outros países onde existiam várias formas de sociedades secretas. Os carbonários são a que mais facilmente vem à memória. Há época já Charles Nodier tinha publicado *Histoires de sociétés secrètes de l'armée et des conspirations militaires*, Paris, 1815» e hoje existe bibliografia séria sobre as sociedades secretas alemãs e francesas, estas constituídas, designadamente, para depor Napoleão<sup>64</sup>. Nas «Memórias da Regeneração de 24 de agosto de 1820» pode ler-se:

«Não consta que em Portugal tenha existido até ao dia de hoje sociedade alguma secreta, além da Maçonaria ou da sociedade vulgarmente chamada dos Pedreiros Livres, a qual foi regularmente instituída em Lisboa pelos oficiais dos regimentos franceses emigrados que aí estiveram pelo ano de 1800.<sup>65</sup> [...] Isto suposto, se a nossa Regeneração de 24 de Agosto houvesse sido fabricada

63 António Ventura e Maria de Lurdes Viana Lima, *Carlota Joaquina e Leopoldina de Habsburgo rainhas de Portugal no novo mundo*, Lisboa: Temas e Debates, 2019, 108. Ainda que distanciando-se claramente das afirmações de associação à maçonaria e sobretudo a ilusória existência de um elevado número de maçons no seu seio, José Manuel Lopes Cordeiro (2020) não resiste a indiciar alguma inspiração. Ver nota 61.

64 Gerard Hertault, Abel Dovay, *Franc-maçonnerie et sociétés secrètes contre Napoléon*, Paris, Nouveau Monde Éditions / Fondation Napoléon, 2005, 465pp.

65 O Grande Oriente Lusitano acaba por ser criado em 1801 (e não 1802, como usualmente se refere), ver sobre isso: Fernando Marques da Costa, *A Maçonaria entre a força e o cacete entre o mito e a realidade 1807-1834*, Lisboa: Campo da Comunicação, 2018.

por alguma dessas sociedades secretas que são hoje muito vulgares na europa não o podia ter sido senão pela maçonaria portuguesa. Porém todos os factos conexos com essa briosa empresa demonstram que ela fora uma ousada combinação solitária de um só patriota resoluto e intrépido e não tivera por cooperadores mais do que treze associados que para esse fim expressamente se ligaram por um muito particular, solene e religioso juramento. Se a Maçonaria, por exemplo, em Portugal houvesse projetado, como corporação ou sociedade, os acontecimentos de 24 de Agosto, quem poderá acreditar que no espaço de quase dois anos, isto é, desde 21 de janeiro de 1818 até 20 de Agosto de 1820, só treze indivíduos se tivessem encontrado, capazes de cometer feito tão nobre e arriscado»<sup>66</sup>

Mas mesmo assim persiste-se em tentar – sem se perceber com que objetivo – insistir nesta associação<sup>67</sup>. Quanto aos membros do Sinédrio que pertenciam à Maçonaria esse levantamento também está feito e o seu número é irrelevante<sup>68</sup>, a menos que, como tem sido frequente, se queira insistir em dar como pertencendo a Maçonaria em 1820 pessoas que só foram admitidas depois dessa data. Também Nuno Monteiro não resiste à «tradição» e sem fundamento afirma: «O centro da conspiração era o referido Sinédrio, uma associação secreta que se formara na cidade do Porto, de início com juristas já ligados a Maçonaria.»<sup>69</sup>

A existência de um suposto juramento e de uns estatutos parece estimular a imaginação de quem quer contra factos encontrar uma paternidade

66 Citado de José Liberato Freire de Carvalho e José Ferreira Borges, José Manuel Martins (pref.) *Memórias da Regeneração de 24 de Agosto de 1820*, Coja: Editorial Moura Pinto, 2020, 57.

67 Na obra mais recente publicada sobre 1820 José Manuel Lopes Cordeiro, apesar de explicar com detalhe a inexistência de ligações à Maçonaria não resiste a escrever: «[...] a organização e a atuação do Sinédrio apresentavam algumas semelhanças com o funcionamento das lojas maçónicas: o seu modelo organizacional, com base no secretismo, os votos de lealdade entre os seus membros, ou a utilização por parte destes de um pseudónimo para se identificarem – no caso o número de ordem correspondente à data de admissão no Sinédrio –, como se pode constatar no questionário que em 13 de Setembro de 1829, Fernandes Tomás enviou a Ferreira Borges». José Manuel Lopes Cordeiro, *1820 Revolução Liberal do Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2020, 69.

68 Ver nota 57.

69 Nuno Gonçalo Monteiro, «A vida política», in, *O Colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834*, Madrid – Carnaxide: Fundación MAPFRE – Editora Objectiva, 2013, 57.

– quanto mais não seja inspirativa – maçónica. José Liberato escreve: «Foi esse dia assinalado o dia memorável de vinte e um de janeiro do ano de 1818 e nele os senhores Fernandes Tomás e Ferreira Borges só diante de Deus e da Imagem da Pátria que em seus corações tem gravada, solene e religiosamente juram ou salvar a pátria ou por ela dar o seu sangue e morrer abafados nas ruínas do magnífico edifício que vão levantar»<sup>70</sup>. É difícil encontrar nesta forma puramente literária a verosimilhança de um qualquer juramento característico das sociedades secretas do seu tempo, mesmo das que existiram em Portugal.

Quanto a tão debatida questão dos estatutos ela parece hoje estar esclarecida por José Manuel Lopes Cordeiro (1953-): «É frequente encontrar-se esta referência a uns putativos Estatutos do Sinédrio», descartando a sua existência, para além de uma ou outra orientação. Ainda há meia dúzia de anos Nuno Monteiro afirma, baseado nos testemunhos existentes: «O Sinédrio chegou a ter uns estatutos»<sup>71</sup>, mas estes testemunhos carecem de ser analisados com rigor para avaliar o seu significado.

A confusão resulta de se ter levado à letra a expressão de Xavier de Araújo, nas suas «Memórias» quando refere que na reunião de 22 de janeiro de 1818, - a que não assistiu nem é, por isso testemunha -, os quatro membros iniciais «começando os Estatutos de uma Sociedade, que chamaram Sinédrio»,<sup>72</sup> ou que «no dia imediato [a ser admitido] me comunicou Borges os Estatutos do Sinédrio e as forças de que este dispunha para levar a efeito a revolução»<sup>73</sup>, tal como Silva Carvalho também referia no seu «Memorandum», destacando, «os piquenos Estatutos que Fernandes

70 Citado de José Liberato Freire de Carvalho e José Ferreira Borges, José Manuel Martins (pref.) *Memórias da Regeneração de 24 de Agosto de 1820*, Coja: Editorial Moura Pinto, 2020, 53.

71 Nuno Gonçalo Monteiro, «A vida política», in, *O Colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834*, Madrid – Carnaxide: Fundación MAPFRE – Editora Objectiva, 2013, 57.

72 Xavier de Araújo, *Memórias...*, 9.

73 *Idem*, 14.

havia feito»<sup>74</sup>. Ferreira Borges, que também no seu diário já tinha empregado a mesma designação, comunicou oralmente, a Xavier Araújo, quando o recrutou os ditos «Estatutos», ou seja, as regras de funcionamento e os objetivos do Sinédrio, acima referidos<sup>75</sup>, não lhe entregando qualquer papel impresso com os mesmos, que nunca existiram formalmente enquanto tal e, por isso, nunca foram alvo de uma edição o que seria impensável nas condições de repressão então existentes.»<sup>76</sup> José Luis Cardoso sublinha que «Os estatutos do Sinédrio nunca foram tornados públicos»<sup>77</sup>. Apesar de tudo o que se escreveu e especulou na época e de todo o memorialismo não há qualquer referência aos estatutos, que nunca terão tido forma física perdurável e que foram «piquenos» pois não devem ter tido mais do que a referência ao sigilo, a uma regularidade de reuniões e ao facto de os seus membros serem designados pelo número de ordem da entrada e não pelo nome.

74 «De facto é na noite de 22 de janeiro que aprovam os estatutos e a eles se subordinaram, sendo o núcleo fundador da Sociedade constituído pelos 4 elementos [...]» O texto de Silva Carvalho diz: [...] ali ajustamos de nos reunirmos todos os quatro nessa noite para organizarmos a nossa sociedade, como aconteceu segundo os pequenos estatutos que Fernandes havia feito, e nessa noite nos apresentou que nós aprovamos, e a eles nos sujeitámos.» Maria João Mogarro, *José da Silva Carvalho e a Revolução de 1820*, Lisboa: Livros Horizonte, 1990, 124.

75 Lopes Cordeiro refere-se a esta passagem das *Memórias* de Xavier de Araújo: «observar a opinião pública e a marcha dos acontecimentos, vigiar as notícias da vizinha Espanha, reunir-se no dia 22 de cada mês em um jantar na Foz, onde se daria parte dos sucessos acontecidos no mês passado e do que conviria fazer no futuro; guardar a maior lealdade de uns para com os outros e o mais inviolável segredo para com os estranhos; que, se rompesse um movimento anárquico ou uma revolução, os membros do Sinédrio se combinariam para aparecer a conduzi-la para bem do país e da sua liberdade, guardada sempre a devida fidelidade à dinastia da Casa de Bragança», *apud* José Manuel Lopes Cordeiro, *1820 Revolução Liberal do Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2020, 63.

76 José Manuel Lopes Cordeiro, *1820 Revolução Liberal do Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2020, 63.

77 José Luís Cardoso, *A revolução Liberal de 1820*, Lisboa: CTT, 2019, 88-89. Acrescenta ainda «Ficando por resolver a questão de saber se a sua autoria foi de Ferreira Borges ou de Fernandes Tomás. Conhece-se apenas o compromisso de reunião mensal à hora de jantar na Foz no dia 22 de cada mês, assim como o propósito de atenção às novidades vindas de Espanha, de onde se esperavam ventos revolucionários liberais que pudessem agitar este outro lado da província», mas o compromisso do jantar foi rapidamente descartado por chamar demasiado as atenções.



Pondo de parte, por ultrapassada esta fantasiosa associação entre Sinédrio e maçonaria, resta a questão da paternidade invocada, fora da estrutura do Sinédrio, por alguns maçons – não poucos – da Revolução de 1820 e que tanta tinta fez correr na época.

A maçonaria era praticamente inexistente desde 1816, o Grande Oriente Lusitano não funcionava, nem existia enquanto tal e a coordenação dos maçons que restavam estava a cargo da Loja Segurança Regeneradora, a única a funcionar em Lisboa, criada em 1817.<sup>78</sup> Entre 1817 e 1820 não é escolhido sucessor para o cargo de Grão-Mestre. Em março de 1820 renasce a Loja Regeneração<sup>79</sup>, mas que funciona de forma autónoma.<sup>80</sup> O Grande Oriente Lusitano é refundado depois da Revolução Liberal<sup>81</sup> apenas com lojas de Lisboa e só no início de 1821 é eleito Grão-Mestre João da Cunha Sotto-Mayor (1767-1850). A maçonaria é, por isso, um pai impossível da revolução.

Porém, um grupo de maçons resolve atribuir à maçonaria – e a alguns deles em particular – a paternidade da revolução e querer, em função disso, assumir um protagonismo na vida social e política do vintismo que causou mais embaraço do que benefício, seja aos próprios, seja à organização. De forma inevitável os maçons, tal como os liberais, desentenderam-se.

---

78 «Esta R.[espeitável] oficina foi erigida pelo sereníssimo Grande Oriente Lusitano com o intuito de fazer dela um centro comum, e a fim de depurar toda a Maçonaria lusitana, não para interesse particular, mas para bem geral da ordem que se achava na última degradação nas lojas da metrópole.» João Damásio Roussado Gorjão, *A G.: do S.: A.: do U.* Lisboa: Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos, 1821, 5-6.

79 Ver os pormenores deste episódio em João Damásio Roussado Gorjão, *A G.: do S.: A.: do U.* Lisboa: Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos, 1821, 18-19. Embora o impresso não tenha autoria, possui o exemplar manuscrito assinado por ele, que pertenceu ao espólio de Inocêncio Francisco da Silva (1810-76).

80 Em Elvas existia a Loja Liberdade, criada entre 1818 e 1820 e que se extingue em 1823. Em Lagos a Filantropia, criada em 1816 e que se extingue em 1823. Existiu ainda em Coimbra uma Loja Sapiência, criada em 1818, mas que se extingue em 1820, ignora-se se antes, se depois da revolução.

81 Aguiar Cruz (1897-1970) afirma com razão que «a verdade é que só depois do triunfo liberal é que os poucos grandes dignitários que ainda existiam resolvem reagrupar o que esfacelado andava – quase que se pode dizer: resolvem levantar de novo colunas do Grande Oriente Lusitano». No sentido de refundar o Grande Oriente, Cruz, *Achegas Para a História da Maçonaria, 1723-1935*, s.l, s.d, datiloscrito. Arquivo do Grémio Lusitano. 214.

Os protagonistas desse diferendo são a Loja Regeneração, criada escassos meses antes da revolução, e a estrutura de direção do Grande Oriente Lusitano, recriada após esta, segundo aqueles de forma irregular, pormenor que é irrelevante aqui. Em plena euforia revolucionária e beneficiando de uma ampla liberdade de imprensa uma das partes em litígio decide imprimir um opúsculo que ficará conhecido como «Manifesto do Grande Oriente Lusitano contra a loja Regeneração» redigido por João Damásio Roussado Gorjão (1777-1856)<sup>82</sup>.

O texto de Roussado Gorjão insinua que o papel da maçonaria na revolução fora relevante: «A R.: [espeitável] L.: [oja] Segurança Regeneradora, e seus dignos membros espalhados por todo o reino prestaram os serviços mais assinalados.» Mais adiante escreve: «Conseguida a regeneração da pátria assentou a Grande Dieta, que o primeiro dos seus Trab.: [alhos] devia dirigir-se a consolidá-la.»<sup>83</sup> Nada muito claro. É mesmo duvidoso, à luz do que se conhece, que os seus membros estivessem espalhados por «todo o reino». Já a Loja Regeneração, cujos textos são reproduzidos no «Manifesto» reivindica para si um papel decisivo nesse processo, sendo acusada de «ostentar em público (e até em lojas de bebidas) que a Pátria só à L.: [oja] R.: [egeneração] devia a sua liberdade».<sup>84</sup> Ambos pais que não «conheceram» (no sentido bíblico) a mãe que gerou o filho.

A reivindicação desse papel motor da revolução encontrou eco e expressão noutros liberais mais exaltados, que em número significativo aderiram à Maçonaria, numa clara apropriação da paternidade do vintismo. Regista-se, após a revolução, na imprensa e em diversos folhetos, uma espécie de conflito de paternidade entre os liberais que não eram maçons e alguns que o eram e que queriam fundar a legitimidade histórica do Grande Oriente, que agora aparecia escancaradamente a público, atribuindo-lhe a progenitura da revolução e a glória da regeneração da pátria.

82 João Damásio Roussado Gorjão, *A G.: do S.: A.: do U.*, Lisboa: Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos, 1821.

83 *Idem*, 5, 9.

84 *Idem*, 11.

A euforia pós-revolucionária gerou excessos de comportamento público e político de alguns maçons (a esmagadora maioria pós-vintistas), que se confrontaram enquanto tal, como expressão das divergências políticas que atravessavam o vintismo. Os manifestos que publicaram, o do Grande Oriente e o da Loja Regeneração, forneceram matéria para a campanha do clero e das correntes conservadoras do futuro miguelismo. O referido «Manifesto» afirma sem pudor:

Conseguida a regeneração da pátria assentou a Grande Dieta, que o primeiro dos seus trab.: [alhos] devia dirigir-se a consolidá-la. Para o conseguir empreendeu conhecer a opinião pública, e dirigi-la de uma forma conveniente; negócio este da maior consideração, e tanto mais útil, quanto dele depende absolutamente o feliz êxito da causa nacional. Por este motivo tratou sempre com preferência os negócios da pátria aos da Ord.: [em] em particular; exigiu de todas as LL.: [ojas] relações de confiança, e desconfiança pública; fazia observar os passos dos indivíduos, que eram suspeitos; apoiava o bom conceito das autoridades, que se mostravam dignas dos cargos que ocupavam; influía que se tomassem cautelas a respeito daquelas, que eram duvidosas; combatia por palavra, ou por escrito aquelas doutrinas, que por escrito, ou por palavra, se dirigiam a destruir o sistema constitucional [...].<sup>85</sup>

Não admira que um texto de 25 páginas tenha dado origem a inúmeros comentários e a várias reimpressões, feitas pelos detratores da Maçonaria, afirmando mesmo José Agostinho de Macedo, que, «conhecendo depois o ridículo deste papel, e quanto ele desacreditou a infame seita, procuraram quanto lhe foi possível recolher os exemplares que haviam chegado às mãos dos que eles chamam – profanos – o que conseguiram em grande parte porque são tão raros os exemplares impressos [...]».<sup>86</sup> Fernandes Tomás, num comentário às referências de Macedo ao «Manifesto», afirma, parecendo dirigir-se mais aos maçons do que ao padre: «Nunca vi tais manifestos; contudo pode ser que existam, porque num

85 *Idem*, 9-10.

86 José Agostinho de Macedo, *Manifesto do Grande Oriente Lusitano Contra a Loja Regeneração e Circulares e Protestos Desta Contra o Grande Oriente* (Lisboa: Na Oficina da Horrorosa Conspiração, 1823), 3.

país onde há liberdade de imprensa, quem pode evitar que se imprimam parvoíces semelhantes.»<sup>87</sup>

Esta desastrosa tentativa de apropriação coletiva da paternidade da revolução prolongou-se para além deste episódio e agrava-se mesmo à medida que as novas lojas maçónicas que se criam depois de 1820 mais não são do que formas organizativas dos diversos «partidos» em que os liberais se dividiram, mas exprimindo-se muitas vezes, em nome da maçonaria em geral.

Um testemunho da época atribuído a Silva Carvalho e a Simões Margiochi, traça um retrato crítico da relação entre a Maçonaria e o vintismo:

«Os pedreiros livres também figuraram muito nesta cena, mas não no sentido, em que o presumem os fanáticos portugueses.

Os pedreiros livres fizeram muito mal à causa da liberdade, apesar de todos eles professarem o liberalismo; porque como eles pretendiam ser só os que tinham feito a revolução, e os que a sustentavam (o que de facto assim não era) davam com esta impostura o carácter de partido a uma causa, que era realmente nacional. [...]. Noutra coisa fizeram também os maçons muito mal à causa da liberdade, e foi em se julgarem todos com mérito para serem empregados, só porque professavam o catecismo das frioleiras, como se a tal profissão andasse anexa alguma qualificação ou moral ou científica; nesta persuasão infestavam tudo com cabalas, e semeavam discórdias, com que as cortes e o governo se achavam a cada instante comprometidos por sua causa.<sup>88</sup>

Ao contrário da opinião comum nalguma historiografia, não é a Maçonaria que controla os diversos grupos liberais, são estes que criam

---

87 Fernandes Tomás, *Luthero, o padre José Agostinho de Macedo e a Gazeta Universa: ou carta de um cidadão de Lisboa escrita ao Geral da Congregação de S. Bernardo*. Lisboa, Tipografia de António Rodrigues Galhardo, 1822, 40.

88 O livro que a seguir se cita, de onde é tirado este texto, é geralmente atribuído a José da Silva Carvalho ou a Simões Margiochi. *Revolução Anti-Constitucional em 1823, Suas Verdadeiras Causas e Efeitos* (Londres: Impresso por L. Thompson, 1825), 9-11. No rosto pode-se ler: «Publicado Pelos Editores do Popular Jornal Português em Londres.» Ver também Silva Carvalho e Simões Margiochi, «Revolução Anti-Constitucional em 1823, Suas Verdadeiras Causas e Efeitos», em *O Conimbricense*, n.º 5225, 30.11.1897, citado de Dias, *Primórdios...*, Vol. I, T. II, 803.

e controlam lojas como forma de estruturarem as suas diversas fações. Não é a Maçonaria o pai e o controlador do vintismo, é o vintismo que é o pai da refundação do Grande Oriente Lusitano e que se apropria e controla a sua débil estrutura organizativa, promovendo uma mudança profunda no seu propósito funcional. A Maçonaria era a única estrutura da sociedade civil que tinha um funcionamento democrático e algum interclassismo, pluralismo religioso e um conjunto de valores próximos do vintismo. Era o instrumento possível para a estruturação da atividade política.

Os grandes vultos do liberalismo não pertenciam à Maçonaria antes do verão de 1820. A historiografia maçónica presta mais atenção ao estatuto maçónico dos liberais do que à data em que adquirem esse estatuto, gerando infundadas interpretações. É após a revolução que aderem e a razão por que o fazem já tem exclusivamente a ver com a estruturação de fações políticas.

A maçonaria, neste caso o Grande Oriente Lusitano, mais do que ser pai da revolução é, apenas, mais um dos seus filhos.

### **Um coletivo que renega a paternidade coletiva**

Ninguém tem dúvidas que o pronunciamento militar de 24 de Agosto se deveu ao trabalho do Sinédrio. A sua última reunião realizou-se a 13 de setembro, antes da partida dos revoltosos a caminho de Lisboa. A reunião é convocada por Fernandes Tomás que se desentendera com Ferreira Borges. A viagem até Lisboa, não é isenta de incidentes entre os seus elementos, designadamente entre civis e militares. Chegam a Lisboa divididos e divididos continuarão, irreversivelmente. Aos poucos nasce uma discussão sobre o papel que o Sinédrio, coletivamente, e cada um individualmente, tivera na revolução. A clivagem não é só entre civis e militares, é, também, no seio de cada uma destas partes.

Ferreira Borges é um dos que se põe em bicos-dos-pés, como adiante se verá, mas é dele que parte a ideia em julho de 1821 de fazer um documento «testemunhal» do que tinha sido feito e que fosse assinado por todos «para debaixo de um centro de unidade se apresentar o nome, e logo a prova do



que se fez, para assim ser graduado; em consequência»<sup>89</sup>: um certificado de paternidade, portanto. Por estranho que possa parecer a ideia é liminarmente recusada por Fernandes Tomás, que para tal parece ter convencido outros membros do Sinédrio, segundo afirma Ferreira Borges: «[...] ali fui, mas verdadeiramente eu não sabia o que ele queria. Soube, contudo, ali mesmo, que em outra ocasião precedente ele ali fora a tratar do objeto. Não deve deixar de notar-se já, que ele falou a cada um, e por baixo da mão os foi convencendo, e sempre obrou à minha revelia, como fez na acusação que me tramou no Porto, e de que conservo os artigos».<sup>90</sup> A divergência com Ferreira Borges é primeiro lugar um conflito de feitios oposto entre um «sisudo» e um «vaidoso», antes de ter qualquer dimensão política. Para além de «sisudo» Fernandes Tomás não terá sido um homem tolerante o que se deve, em grande medida, ao estado de saúde que há décadas o atormentava.

Este episódio releva uma realidade por todos conhecida: a incapacidade daquele grupo agir como coletivo e de ter, enquanto tal, condições para atuar politicamente como tal, privando a revolução de um centro coeso de direção, quer política, quer militar. Já chegam a Lisboa divididos e o Sinédrio não se fixa no imaginário da época, antes os seus membros, por si só, disputando uma relevância nas ações que levaram ao pronunciamento, em primeiro lugar, e depois ao seu sucesso militar. A recusa em assinar o documento proposto por Ferreira Borges, preocupado sobretudo com a papel que os militares reivindicavam para si na revolução, é e única e frustrada tentativa de constituir perante a opinião pública a imagem de um coletivo responsável pela paternidade do vintismo. A razão pela qual Ferreira Borges toma esta atitude em julho de 1821, quando o grupo do Sinédrio estava irremediavelmente desunido, permanece como um mistério, sobretudo vinda de um dos elementos que mais se procura individualizar no processo de paternidade da revolução.

---

89 Maria Teresa Mónica, «A Maçonaria no início da Revolução Liberal», em *Diário de Notícias*, Suplemento Cultura, 20.06.1987.

90 *Idem.*

## Os pais eufóricos e os que enjeitam os filhos

Os desentendimentos entre Ferreira Borges e Fernandes Tomás talvez venham de trás, mas os indícios são escassos. Só após o 24 de Agosto se tornam claros e repetidos. Ferreira Borges era vaidoso e gostava de se exhibir. Fernandes Tomás o seu oposto; sóbrio, taciturno, atormentado pela doença e pouco dado a exibicionismo. Os episódios sucedem-se entre 24 de agosto e 13 de setembro a rutura entre os dois consuma-se.

O primeiro episódio revela o caráter e a vaidade de Ferreira Borges que sem justificação, nem consulta ao Sinédrio, inclui o seu nome – único civil – na lista que é publicada no nº 1 do «Diário» dos militares que fizeram a revolução, segundo Fernandes Tomás para se apropriar de um papel que era coletivo e não pessoal: «Quem o autorizou para no 1.º «Diário»<sup>91</sup> meter o seu nome entre os do conselho militar; e para dar este acontecimento de 24 de agosto como resultante de medidas concertadas entre ele e outros?»<sup>92</sup> Sendo Ferreira Borges o terceiro elemento a compor o Sinédrio não restam dúvida que a sua vaidade venceu o bom senso e a fidelidade aos seus companheiros e quis associar a si, em conjugação com os militares, uma paternidade diferenciada dos acontecimentos.

Não foi episódio isolado, numa sessão celebrativa num teatro do Porto é recitada uma ode de sua autoria onde, evocando a revolução de 1640, se dava a si próprio o nome de João Pinto Ribeiro (1590-1649) um dos responsáveis pela Restauração, causando, mais uma vez, um mal-estar entre o grupo. Mas, a gota-de-água que quebrou as relações entre os membros do Sinédrio e provocou o seu fim antes da partida das tropas para Lisboa foi o facto de Ferreira Borges ter reivindicado para si o grau de Cavaleiro Rosa Cruz. Segundo Xavier de Araújo, Borges «tinha-se apresentado em uma sociedade secreta do Porto, e aí, dizendo-se Rosa Cruz, exigiu as honras desse grau. O desembargador Sebastião António [Gomes de Carvalho], que

91 Vem reproduzido em: Damião Peres, *História de Portugal* (Barcelos: Portucalense Editora, 1935), Vol. VII, 51.

92 Maria Teresa Mónica, «A Maçonaria no início da Revolução Liberal», em *Diário de Notícias*, Suplemento Cultura, 20.06.1987.

presidia, perguntou-lhe onde o tinha recebido. A resposta de Ferreira Borges foi que pertencia à associação que fizera a revolução, e na qual todos o eram por esse facto»<sup>93</sup>. Não contente com isso entrou em contacto com a maçonaria espanhola, sem informar o Sinédrio, e invoca nesses contactos pertencer a um Capítulo Rosa-Cruz, que não existia mais do que na sua imaginação e para alimentar a sua vaidade.

Fernandes Tomás reage violentamente a tanto alarde pessoal, num momento em que para ele, ao contrário do que acontecerá mais tarde, a defesa da paternidade coletiva do pronunciamento era mais importante do que protagonismos pessoais «[...] e decidiu um homem tão sisudo e chefe de uma revolução a descer ao papel de acusador, escrevendo uns artigos de acusação contra Ferreira Borges, e convocando o Sinédrio para os discutir. Assim se fez, e seguiu-se uma longa disputa, após a qual o Sinédrio nunca mais foi reunido, nem convocado. Singular destino das coisas humanas!»<sup>94</sup>

A reação de Fernandes Tomás é particularmente violenta contra Borges, mas é dirigida também a Duarte Lessa por duvidar da sua não pertença à maçonaria<sup>95</sup>. Nos quesitos que apresenta contra os dois afirma: «Queixa-se amargamente o n.º 2 [Manuel Fernandes Tomás] que o injuriassem a ponto de ele ouvir da boca do n.º 3 [Ferreira Borges], meter em dúvida a muito positiva afirmação, que fazia e faz de que não entrou em sociedade alguma maçónica, pública, civil ou religiosa, e queixa-se mais que o n.º 6 [Duarte Lessa] lhe fizesse instâncias a este respeito duvidando da sua boa fé e da

93 Xavier de Araújo, *A Revolução de 1820. Memórias...* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, Edição e Artes Gráficas, 2006), 37.

94 *Idem.*

95 O próprio Fernandes Tomás num livro que escreve contra José Agostinho de Macedo afirma «Para que V. Exa. fique inteiramente sabedor do que há neste negócio de pedreiros livres, direi alguma coisa na certeza de que falo como conhecedor; pois que tive a honra de pertencer a esta sociedade desde o ano de 1803, em que fui recebido, e tratado com tanta distinção que em 1805 já eu tinha chegado aos maiores graus. Motivos que pouco importa saber, mas que não foram certamente injuriosos nem a mim, nem aos meus irmãos; obrigaram-me a afastar-me dos seus trabalhos desde o ano de 1806, e até hoje não tornei a unir-me com eles em suas sessões regulares.» Manuel Fernandes Tomás, *Luthero o P. José Agostinho de Macedo e a Gazeta Universal: ou Carta de Um Cidadão de Lisboa escrita ao Geral da Congregação de S. Bernardo*, Lisboa: Typogr. de António Rodrigues Galhardo, 1822, 33-34.

franqueza de que tantas vezes deu (a ele particularmente) tão decididas provas»<sup>96</sup>.

Fernandes Tomás revolta-se com a ideia de que se queira associar o Sinédrio à maçonaria e a sua liderança à pertença a essa organização, presentindo, talvez, os dissabores que mais tarde a associação do vintismo a maçonaria e a tentativa de ingerência de alguns dos seus membros na ação dos governos viria a trazer. Fiel a uma posição que manterá, quanto a mim mais por questões de saúde do que por quaisquer outras, afirma nesses mesmos quesitos em forma de interrogação: «Qual é o serial de ambição em qualquer ramo de interesse ou de glória, de honra, ou de fama, que tem dado o n.º 2 [Manuel Fernandes Tomás] mostrando desejo, ainda remoto, de elevar-se sobre os outros.»<sup>97</sup> Fiel à paternidade coletiva do Sinédrio, recusa o protagonismo pessoal e uma paternidade liderante no pronunciamento de 24 de agosto. Porém, não será assim que será celebrado à época onde até à sua morte em 1822 é alvo de culto, lisonjas e homenagens, malgrado a desunião e as dissensões entre os membros do Sinédrio que se dividirão em diversos partidos civis e militares.

Os desentendimentos entre a componente civil e militar do Sinédrio começam mal estes começam a integrar o grupo, agravam-se quando Sebastião Drago Cabreira (1763-1833) pretende individualmente precipitar um pronunciamento. Em junho «as recriminações e até ameaças entre os chefes militares»<sup>98</sup> quase deitam tudo a perder. Agravam-se e tornam-se irreversíveis com a componente civil quando António Silveira a 21 discorda do conteúdo do manifesto à nação a proclamar a 24 de agosto e serão constantes durante todo o percurso do Porto a Lisboa.

O irrequieto Brito Cabreira é a voz mais sonante a querer apropriar-se da paternidade do movimento de 24 de agosto, em declarações impressas,

96 Maria Teresa Mónica, «A Maçonaria no início da Revolução Liberal», em *Diário de Notícias*, Suplemento Cultura, 20.06.1987.

97 Diário manuscrito de Ferreira Borges: BNP COD 10454, n.º 53.

98 Xavier Araújo, *Memórias...*, 19.

procurando beneficiar das divisões entre a componente civil do movimento. Ferreira Borges reage violentamente numa carta tornada pública de 9 de abril de 1821: «Mas se com verdade se não pode afirmar que a nossa gloriosa regeneração fosse operada pelas criminosas intrigas de uma ou outra oculta sociedade, muito menos se poderá dizer que fora tramada e executada por violências ou ambições militares» [...] qual será o homem adorador da verdade, que possa afirmar que a nossa necessária regeneração fora obra de soldados?»<sup>99</sup> Quando as coisas políticas chegam a tão superior grau de fermentação, já não há conspiradores nem revolucionários – a revolução está feita e os que a conduzem e dirigem não são mais que simples e intrépidos pilotos, que agarram e levam ao porto o navio que mãos ineptas e covardes deixavam andar sem rumo por entre baixos penedos.»<sup>100</sup>

A partir do fim de 1822, início de 1823, era evidente que o fim do vintismo estava iminente, apesar da tentativa de alguns arranjos de última hora que envolviam parte do futuro movimento miguelista. A Vilafrancada de 27 de maio de 1823, veio colocar um ponto final no incompleto «triénio liberal» e inviabilizar a possibilidade de uma transição sem um confronto violento entre revolução e contrarrevolução. Os miguelistas não eram compostos apenas por aqueles que desde o início se tinham distanciado do vintismo. Pelo contrário, a resistência ao radicalismo vintista foi protagonizada por muitos que aderiram à revolução, muitos militares que a protagonizaram, civis que foram deputados às cortes, maçons que a sustentaram, mas mudaram de campo, desembargadores desiludidos, comerciantes frustrados com a perda do protecionismo no comércio com o Brasil. Não é o povo que se revolta pelas reformas que foram introduzidas, mas parte das elites que se distancia do vintismo.

A Revolução de 1820 é pacífica, festiva mesmo, quer no Porto, quer em Lisboa apesar da pressão dos militares. O irrequieto brigadeiro António Silveira (1770-1858) feito presidente da Junta Provisional do Governo Supremo

99 Citado de José Liberato Freire de Carvalho e José Ferreira Borges, José Manuel Martins (pref.) *Memórias da Regeneração de 24 de Agosto de 1820*, Coja: Editorial Moura Pinto, 2020, 57-58

100 *Idem*, 59.



do Reino no Porto exige entrar sozinho em Lisboa a cabeça das tropas: uma paternidade militar renegando os demais elementos civis para uma segunda linha. Fernandes Tomás impõem uma entrada em Lisboa sem aparato de tropas, e com todos os elementos da Junta vindos do Porto, acentuando clivagens que culminarão pouco tempo depois, na tentativa de golpe a 11 de novembro conhecida como a Martinhada. A posição de Fernandes Tomás vinga e são recebidos de forma apoteótica em Lisboa. Não há, como se dizia a seguir ao 25 de Abril, muitos «saneamentos», nem grandes perseguições, nem um assalto desordenado ao poder. O povo ocupa as ruas com euforia nesses pronunciamentos e nos inúmeros dias de festas que se seguiram aclama os primeiros «governos» como um «povo soberano», mas é um «povo povo» como dizia Garret que não age por si. A teoria, expressa desde o Conselho Conservador de Lisboa de 1808, aplicou-se em 1820: o povo é contido por uma liderança. Liderança única? Não! Dividida, mas o povo não parte ao assalto ao poder nem às vinganças pessoais contra governantes, magistrados ou intendentes, ao contrário do que fez desordenadamente contra os afrancesados em 1808. José Agostinho de Macedo designava-o por «grupos gritadores e amotinadores», muitos jornais anticonstitucionais vieram a designá-lo por «boiada» e mesmo os liberais não hesitam em designá-lo por «população». Mas, os excessos ou «explosões» populares não são por regra espontâneos, mas parte, já, da apropriação da «soberania popular» por facções políticas em confronto.

Não há na revolução de 1820 nenhuma tomada da Bastilha pela população, nem perseguições de rua a suspeitos de colaboração com a regime anterior, como em 1808 e 1809. No Porto, o próprio Intendente da Polícia mantém-se em funções. Apesar das notícias do pronunciamento de 24 de agosto e da marcha da coluna militar a caminho de Lisboa o «povo» não sai à rua, não se revolta, a não ser quando o tenente Aurélio e os militares tomam a iniciativa, aí festejam, mas não são, em circunstância alguma, «pai» da revolução. Tomarão partido e sustentarão partidos, proclamam os «regeneradores da pátria», ou D. Pedro, com o mesmo entusiasmo com que proclamam o miguelismo e o sr. D. Miguel de 1823 em diante e durante a guerra civil. De mãos dadas por uns dias o «povo burguês» e o «povo míudo» aclamarão a pacífica revolução. Ao fim de três anos muitos

enjeitarão o vintismo esse filho da regeneração e irão assumir a paternidade da contrarrevolução.

A lista dos que viraram a casaca<sup>101</sup> e mudaram de campo é longa, mas alguns exemplos são eloquentes: o coronel Joaquim Teles Jordão, entusiasta de 1820 e defensor da adoção da Constituição de Cadiz de 1812, foi depois um despótico governador do forte de S. Julião da Barra, onde foram presos e morreram muitos liberais<sup>102</sup>. José Ribeiro Saraiva, desembargador, um dos juízes da sentença de 1817, foi deputado constituinte pela Beira, jurou a Constituição, após a Vilafrancada foi conselheiro de estado e signatário da convocação da Cortes «à moda antiga». Francisco Paula Tovar de Albuquerque, 1º visconde de Molelos, signatário da Constituição aderiu ao miguelismo. José Joaquim Rodrigues Basto, magistrado, deputado e secretário da Constituinte e das Cortes, jurou a carta constitucional de 1826, foi depois intendente geral da polícia nomeado em 1827 função em que perseguiu inúmeros liberais. Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, desembargador, que acolheu Fernandes Tomás em Lisboa antes da revolução foi membro da Junta Provisional Preparatória das Cortes, secretário dos negócios do reino e membro do Conselho de estado alinhou com D. Miguel. José Joaquim de Almeida Araújo Coreia de Lacerda, desembargador, intendente da polícia do Porto entre 1817-1820, criatura de Salter diz José Liberato, que o trata severamente nas suas memórias, «não obstante não gozar de crédito algum público, ainda assim mesmo, a Junta Provisória tanto se esqueceu de injúrias passadas que o conservou na Intendência.»<sup>103</sup>

101 A expressão foi popular à época e sobre ela se escreveu, por exemplo, a deliciosa obra de Manuel de Pina da Cunha, *O Virar das Casacas ou carta de Manuel Henriques Sanhudo a seu tio do mesmo nome por Simplicio Simpliciter Simplex*, Lisboa: Imprensa da rua dos Fanqueiros, 1824.

102 Ver sobre isto duas obras fundamentais: o periódico de João Batista da Silva Lopes, *História do que se passou com os presos políticos na Torre de S. Julião da Barra durante o governo usurpador*, Lisboa, Na Imprensa de Santa Catarina, 1833, n. 1 a 19, reeditado pela Europa América em 1984; e do mesmo autor *Istoria (sic) do cativo dos presos d'estado na Torre de S. Julião da Barra em Lisboa durante a desastrosa época da usurpação do legitimo governo constitucional deste reino de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1833, 4 vol.

103 Citado de José Liberato Freire de Carvalho e José Ferreira Borges, José Manuel Martins (pref.) *Memórias da Regeneração de 24 de Agosto de 1820*, Coja: Editorial Moura Pinto, 2020, 61.

Mas, entre aqueles que tanto reivindicaram a paternidade maçónica da revolução, ou aderiram a essa ideia depois, a lista dos que enjeitaram essa paternidade também é grande:

E afinal que sucedeu? «Mirabile Dictum»... Os maçons mais zelosos, mais aferados à seita, mais fanáticos, e, como dizem, mais carolas – v.g. o Pamplona, o Bernardo da Silveira, o José de Sousa Sampaio, o Sepúlveda, o barão de Molelos, o marechal Vasconcelos, com bastantes comandantes de corpos ... etc., etc., etc., foram os mais furiosos partidários do absolutismo, o que deve acabar de convencer-nos que a sociedade é mais aristocrática, do que democrática, e que os ultrarrealistas nada têm que temer dela.»<sup>104</sup>

Certa historiografia lida mal com este viracasaquismo, mas ele existiu e foi transversal à sociedade e à maçonaria que se dividiu numa fratura profunda na Guerra Civil. Traidores! Clamam alguns, como manifesta insensibilidade e incompreensão da complexidade da transformação porque Portugal estava a passar.

## Um novo Soberano-pai

D. João VI, cognominado O Clemente, era o «benéfico rei e pai da pátria». O rei era o soberano, o pai, no seu caso frequentemente referido com bondoso. Era a ele que se dirigiam representações e petições, era dele, como pai generoso, que vinham mercês, prebendas e benefícios de todo o tipo. A paternidade do rei não se discutia, e desde 1808 a 1820, nas diversas estruturas conspirativas criadas, salvaguardar o trono ao soberano era uma constante, apesar das diferentes motivações de cada um desses movimentos conspirativos.

104 Este texto, é geralmente atribuído a José da Silva Carvalho ou a Simões Margiochi. *Revolução Anti-Constitucional em 1823, Suas Verdadeiras Causas e Efeitos* (Londres: Impresso por L. Thompson, 1825), 9-11. No rosto pode-se ler: «Publicado Pelos Editores do Popular Jornal Português em Londres.» Ver também Silva Carvalho e Simões Margiochi, «Revolução Anti-Constitucional em 1823, Suas Verdadeiras Causas e Efeitos», em *O Conimbricense*, n.º 5225, 30.11.1897, citado de Dias, *Primórdios...*, Vol. I, T. II, 803.

A Revolução de 1820 não é feita contra o monarca, contra o pai. Mas, como Manuel Fernandes Tomás têm ocasião de esclarecer em 1821 o rei não é rei porque era rei: «Gozando do direito, que compete a todos os povos, nós tínhamos e temos além disso aquele, que nos resulta de nossas convenções particulares com a casa de Bragança, a qual, como sabeis, chamámos para reinar em 1640, e em 1820.»<sup>105</sup> Isto é, o rei mantinha-se rei por ter aceite uma nova «convenção particular»: jurar uma constituição e reconhecer que a soberania nacional já não residia na sua paternal figura.

A Soberania da Nação substitui-se agora à do rei Clemente: «soberano congresso», «Cortes soberanas» eram as expressões agora na boca de todos (quanto mais não fosse para a elas se oporem). As Cortes eram designadas por «pais da pátria», tal como os deputados eram «pais da pátria». O monarca, «o primeiro assalariado da nação»<sup>106</sup>, cederá mediante essa «convenção particular» a sua soberania e o seu papel de pai, epíteto que apenas lhe continuam a atribuir abundantemente os contrarrevolucionários para se demarcarem do conceito de «soberania nacional». O seu papel não diminui abruptamente como o prova o facto de o movimento peticionário<sup>107</sup> se dividir entre petições ao rei e ao soberano congresso, mostrando, mesmo assim uma percepção clara de que se interiorizara uma mudança de centralidade do poder, assumindo que a soberana autoridade da nação passara para a tutela paternal dos representantes dessa soberania reunidos em Cortes.

A revolução de 1820 e as profundas alterações na estrutura política, económica e social do país que com ela se iniciam beneficiam pela primeira vez de uma ampla liberdade de expressão, que a lei consagrará, não sem a resistência de alguns liberais que lhe desejavam impor algumas «regras». Este factor fez com que durante o triénio liberal se tivesse desenvolvido uma

105 *Descrição da festa nacional com que a sociedade constitucional da sala do risco do Arsenal da marinha celebrou o 1º aniversário do sempre memorável 15 de setembro.* Lisboa, Impressão de João Batista Morando, 1821., 21

106 Luís Gaspar Martins, *Dedicatória apologético-política ao mui alto e poderoso senhor D. João VI...*, Lisboa: Imprensa Régia, 1823, XCII.

107 Ver sobre a questão das petições o recente trabalho de Miriam Halpern Pereira, *Sob o signo da Revolução de 1820: economia e sociedade.* Lisboa: Assembleia da república 1820.

imensa propaganda política. Miguel Faria assinala que «Os exemplos multiplicavam-se numa campanha sem precedentes na históriagráfia nacional: gravuras alegóricas “dedicadas à excelsa soberania das cortes Lusitanas”, conjuntos de «estampas constitucionais», retratos de D. João VI, como primeiro rei constitucional, entre outros»<sup>108</sup> A iconografia sobre este período e sobre os seus principais atores é imensa. A tudo isso se juntavam representações teatrais, jantares comemorativos, incontáveis publicações periódicas e panfletos de toda a natureza, polémicas acesas entre campos opostos (mesmo dentro do campo liberal) num fervilhar inédito de instrumentos de propaganda e representação política dos heróis e dos seus feitos, dos traidores e das suas maquinações «corcundistas». Sociedades patrióticas e lojas maçónicas, tabernas, cafés e botequins eram sede de intenso debate político. Na obra já citada sobre a comemoração do primeiro aniversário do pronunciamento de Lisboa a sétima saúde proposta por Fernandes Tomas é dedicada «A todos os fundadores da grandeza deste dia. E às Sociedades Patrióticas em que hão-de criar-se os imitadores do seu valor.»<sup>109</sup>

A propaganda política é expressa por todas as formas possíveis e mesmo a mais circumspecta cerimónia realizada em espaço privado, mas celebrativa dos pais libertadores, tinha forçosamente de se exprimir no espaço público: «Pelas dez horas partiram 24 carros elegantemente enramados, e com belas inscrições que denotavam os seus diversos destinos; os quais conduziam os presentes em espécie, de pão, arroz, vinho, toucinho, e bois vivos, cobertos com engenhosas e lindas redes de murta para os 14 corpos de primeira linha da guarnição da capital e na mesma aquartelados»<sup>110</sup>. E logo se explica que na própria sala onde o jantar de iria desenrolar «Desde as 8 da manhã até às quatro da tarde foram admitidas indistintamente todas as pessoas que se apresentaram para gozar do belo, e novo espetáculo que a magnifica e

108 Miguel Figueira de Faria, «Cultura», in, *O Colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834*, Madrid – Carnaxide: Fundación MAPFRE – Editora Objectiva, 2013, 183.

109 *Descrição da festa nacional com que a sociedade constitucional da sala do risco do Arsenal da marinha celebrou o 1º aniversário do sempre memorável 15 de setembro*. Lisboa, Impressão de João Batista Morando, 1821, 27

110 *Idem*, 5



espaçosa Sala do Risco oferecia no seu interior e que passamos a descrever [a descrição da sala e dos ornatos comemorativos tem três páginas].» Os «Distintos Beneméritos da Pátria» foram os primeiros a dispor de instrumentos de propaganda e representação política na literatura e iconografia numa dimensão até então nunca vista e com uma expressão no espaço público também inédita, num sistema de pluralidade de correntes políticas.

### Um pai morto e um filho moribundo

Fernandes Tomás morre a 19 de novembro de 1822, por todos considerado «benemérito da pátria». A Vilafrancada miguelista ocorre a 27 de maio de 1823, escassos seis meses depois. A revolução liberal entra na lenta agonia que conduzirá à guerra civil. A doença que o vitimou poupou-o a esse espetáculo. A sua voz, venerada por tantos, já pouco peso tinha (ou teria tido) para alterar o decurso dos acontecimentos. A sua saúde debilitava a capacidade de intervenção e as profundas clivagens no movimento liberal, desunido desde o início, eram irreversíveis e insanáveis.

Fernandes Tomás era um homem doente, e essa doença há muito que o acompanhava. Considerando o nível da medicina da época, o sofrimento seria constante e cada vez maior. Xavier de Araújo define-o como «um homem tão sisudo»<sup>111</sup> em parte, sem dúvida, devido ao seu feitio, mas a essa sisudez não será alheia à sua doença.

Nas «Memórias da Regeneração» pode ler-se: «apesar de doente, se oferece logo ele mesmo para executar esta difícil e perigosa missão [ida a lisboa]»<sup>112</sup> Rocha Martins, ao seu estilo romancado, escreve: «Começava a sentir a ambição dos militares em volta da sua ideia pura. Se não lhe penetrou na alma um desânimo enorme, apareceu a doença a turbá-lo. Os homens em sua vileza mal podiam compreender a paixão que o devorava.

111 Xavier de Araújo, *A Revolução de 1820. Memórias...* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, Edição e Artes Gráficas, 2006), 37.

112 Citado de José Liberato Freire de Carvalho e José Ferreira Borges, José Manuel Martins (pref.) *Memórias da Regeneração de 24 de Agosto de 1820*, Coja: Editorial Moura Pinto, 2020, 67

Foi obrigado pela enfermidade, a deixar os trabalhos revolucionários e a ir tratar-se para as Caldas das Taipas.<sup>113</sup>» José da Silva Carvalho sobre uma querela que agora não importa afirma «[...] ele me retorquiou que aquele que merecia mais desculpa era ele, porque era quem tinha menos saúde, e maiores desejos [...]»<sup>114</sup>.

Sob a causa da sua morte as opiniões são vagas: «Foi no dia 19 de novembro de 1822, pelas 11 horas da noite que a resistência a doença deixou de ser possível. “Inflamação intestinal crónica” segundo José de Arriaga, «desordem crónica das vísceras do ventre» para o *Diário do Governo* [...]»<sup>115</sup>.» O *Astro da Lusitânia* afirma que «Depois de aberto o cadáver encontrou-se no rim esquerdo muitas pedras do tamanho de favas e um depósito de pus. Os facultativos nunca conheceram a sua moléstia.»<sup>116</sup> À medicina moderna o diagnóstico é simples; Fernandes Tomás sofria, seguramente á muitos anos, de Litíase, a que normalmente chamamos pedras nos rins, e terá morrido de Urosepsis por obstrução urinária; o depósito de pus descrito na autópsia, fruto da obstrução provocada por «muitas pedras do tamanho de favas» no rim esquerdo.

As pedras nos rins deviam acompanhá-lo há muitos anos causando um desconforto e sofrimento considerável, dado não existir diagnóstico objetivo, nem tratamento à época: «desordem crónica das vísceras do ventre» era o mais que conseguiam prognosticar. Foi um homem «tão sisudo», em grande parte devido à doença, habituado ao sofrimento, que foi venerado como pai da revolução. Essa doença, afastou-o mais de uma vez dos trabalhos conspirativos, ainda que nos momentos de menos ação, tal como o levou a afastar-se tantas vezes dos trabalhos do parlamento e das suas comissões. Enfraquecido e em sofrimento constante, Fernandes Tomás não

113 Rocha Martins, *Legendas de Portugal*, Lisboa: Edição do Autor, s.d, vol. VII, 31.

114 Maria João Mogarro, *José da Silva Carvalho e a Revolução de 1820*, Lisboa: Livros Horizonte, 1990, 125.

115 José Luis Cardoso, *Manuel Fernandes Tomás Ensaio histórico-biográfico*, Coimbra: Almedina. 2020, 111, 2º ed.

116 *Astro da Lusitânia*, nº 31, 22 de novembro 1822, citado de José Luis Cardoso, *Manuel Fernandes Tomás Ensaio histórico-biográfico*, Coimbra: Almedina. 2020, 111, 2º ed.

tinha condições para assumir um papel de liderança no pós-revolução que evitasse muitas das suas derivas e desuniões. A forma como morre, isolado, na miséria quase, e dependente da ajuda de alguns amigos para subsistir, prova o fardo irreversível que a doença lhe impôs e a razão pela qual a sua voz, sempre referida com respeito, não era mais ouvida, nem liderante. Não era apenas uma discordância com as suas posições, que também existiu, era a sua incapacidade real de permanecer na primeira linha do combate político.

Tem-se prestado pouca atenção a este aspeto da sua biografia, mas ele é determinante para se perceber por que razão o seu papel não foi mais liderante e incisivo após a vitória do liberalismo, para além do importante legado de intervenções parlamentares e propostas de reformas que deixou.

Mais do que Gomes Freire de Andrade sempre visto como um mártir, é Fernandes Tomás que encarna o herói romântico, porventura por ter morrido tão cedo, se bem que a sua memória seja maldita pelos contrarrevolucionários e pouco recordada no pós-guerra civil até a criação de uma hagiografia liberal pelo positivismo republicano, que o mitifica. José Luís Cardoso recorda com objetividade que «Conhecendo o itinerário político tardio de Fernandes Tomás, existe, como que uma tentação para buscar no seu passado lampejos e cintilações anunciadoras; inverte-se ou distorce-se a realidade para que ela contenha sempre, sob a forma de presságio, as vibrações que só mais tarde se desencadeiam.»<sup>117</sup>[...] «Assim será, erradamente, para quem substitui a análise do Homem pela adulação do mito imaculado de pecado ou de humilhação.»<sup>118</sup> É verdade que Fernandes Tomás tem um «itinerário político tardio» e mesmo depois de lançada a ideia do Sinédrio, o seu propósito era esperar, não liderar. Xavier de Araújo no retrato que dele faz nas «Memórias» deixa mesmo explícita a dúvida se ele era verdadeiramente um político, ou apenas um homem dominado por uma vontade férrea de fazer uma «regeneração». Só meses antes, e com

---

117 José Luis Cardoso, *Manuel Fernandes Tomás Ensaio histórico-biográfico*, Coimbra: Almedina. 2020, 39, 2º ed.

118 *Idem*, 46.

os ventos vindos de Espanha, se decidem a aliciar uma estrutura militar que produzisse um pronunciamento, numa altura em que as condições de saúde de Fernandes Tomás já seriam muito precárias. Nem ele, nem o seu pronunciamento, tinham condições para sobreviver no curto prazo. Foi preciso percorrer um longo caminho a que ele já não assistiu.

O pai do Sinédrio, e o que menos reivindicou esse papel, ainda que todos o tenham reconhecido e idolatrado como «benemérito da pátria» morre doente, quase sozinho, na miséria, com raros amigos a apoiá-lo. Tal como o vintismo quando o sr. D. Miguel regressa a Portugal para tentar de novo ser o Soberano-pai, e o pai do novo absolutismo, que, aliás, renascia na Europa, como reação aos excessos revolucionários.

## Bibliografia

- Andrade, Gomes Freire de, *Ensaio sobre o método de organizar em Portugal o exército relativo á população, agricultura e defesa do país*, Lisboa, na Oficina de João Rodrigues Neves, 1806.
- Araújo, Xavier de A *Revolução de 1820. Memórias...* Casal de Cambra: Caleidoscópio, Edição e Artes Gráficas, 2006).
- Astro da Lusitânia*, nº 31, 22 de novembro 1822,
- Borges, José Ferreira, «Campeão Português *Campeão Português*, 1821, Vol. IV.
- Cardoso, José Luís, *A Revolução Liberal de 1820*, Lisboa: CTT, 2019;
- Cardoso, José Luis, *Manuel Fernandes Tomás Ensaio histórico-biográfico*, Coimbra: Almedina. 2020, 2º ed.
- Carneiro, Manuel Borges, *Portugal Regenerado em 1820*. Lisboa, Tipografia Lacerdiana, 1820, 3ª ed.
- Carvalho, José da Silva ou Simões Margiochi, «Revolução Anti-Constitucional em 1823, Suas Verdadeiras Causas e Efeitos», em *O Conimbricense*, n.º 5225, 30.11.1897.
- Carvalho, José da Silva ou Simões Margiochi. *Revolução Anti-Constitucional em 1823, Suas Verdadeiras Causas e Efeitos* (Londres: Impresso por L. Thompson, 1825).
- Carvalho, José Liberato Freire de e José Ferreira Borges, José Manuel Martins (pref.) *Memórias da Regeneração de 24 de Agosto de 1820*, Coja: Editorial Moura Pinto, 2020.
- Carvalho, José Liberato Freire de e José Ferreira Borges, José Manuel Martins (pref.) *Memórias da Regeneração de 24 de Agosto de 1820*, Coja: Editorial Moura Pinto, 2020.

- Catálogo por Cópia Extraído o Original das Sessões, e Actas Feitas pela Sociedade de Portugueses Intitulada Conselho Conservador de Lisboa, e Instalada Nesta Mesma Cidade em 5 de Fevereiro de 1808; Tendo-se Reunido os Instaladores em 21 de Janeiro do Mesmo Ano, para Tratar da Restauração da Pátria*. Lisboa: Na Impressão Régia, [1808].
- Cordeiro, José Manuel Lopes, 1820 *Revolução Liberal do Porto*, Porto: Câmara Municipal do Porto, 2020.
- Costa, Fernando Marques da, *A maçonaria entre a força e o cacete, entre o mito e a realidade*, Lisboa: Campo da Comunicação, 2018.
- Costa, Veríssimo António Ferreira da, *Manifesto das Diligências e Meios Que Se Empregaram em Lisboa Relativos à Liberdade da Pátria*. Lisboa: Na Imprensa Régia, 1809.
- Cruz, Aguiar Achegas Para a História da Maçonaria, 1723-1935, s.l, s.d, datiloscrito. Arquivo do Grémio Lusitano.
- Cunha, Manuel de Pina da, *O Virar das Casacas ou carta de Manuel Henriques Sanhudo a seu tio do mesmo nome por Simplicio Simpliciter Simplex*, Lisboa: Imprensa da rua dos Fanqueiros, 1824.
- Descrição da festa nacional com que a sociedade constitucional da sala do risco do Arsenal da marinha celebrou o 1º aniversário do sempre memorável 15 de setembro*. Lisboa, Impressão de João Batista Morando, 1821.
- Descrição da festa nacional com que a sociedade constitucional da sala do risco do Arsenal da marinha celebrou o 1º aniversário do sempre memorável 15 de setembro*. Lisboa, Impressão de João Batista Morando, 1821, 27
- Dias, Luís Augusto Costa (org.) *O Sinédrio: uma conspiração maçónica*, Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2018.
- Dias, Sebastião da Silva, *Primórdio da maçonaria em Portugal*. Lisboa: INIC, 1980.
- Dulac, António Maximino, *Aviso para se juntar à obra Vozes dos Leais Portugueses escrita até Julho de 1820 e dada ao prelo em Outubro do mesmo ano*, Lisboa, Impressão Régia, 1826,
- Dulac, António Maximino, *Exame Crítico e comparativo do Estado Actual de Portugal, considerado na Penúria dos seus Produtos, e Urgência de Suprimentos, Com Observações Demonstrativas Dos Recursos, Que Lhe Oferece A Vantagem Da Sua Situação Geográfica*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1827, VIII, 128 páginas.
- Dulac, António Maximino, *Vozes dos Leais Portugueses ou Fiel Eco das suas novas Aclamações Á Religião, a El Rei, e às Cortes destes Reinos. Com a Franca Exposição que as estas fazem das suas queixas, e remédios que lhes imploram dos seus males. Dedicado às mesmas cortes*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1820.
- Faria, Miguel Figueira de, «Cultura», in, *O Colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834*, Madrid – Carnaxide: Fundación MAPFRE – Editora Objectiva, 2013.



- Ferreira Borges *Diário manuscrito*: BNP COD 10454, n.º 53.
- Fiolhais, Carlos, José Eduardo Franco e José Pedro Paiva (dir.) *História Global de Portugal*, Temas e Debates 2020.
- Freud, Sigmund *Family Romances*. 1909 (trad. inglesa, 1913). Originariamente incluído na obra de Otto Rank, *Myth of the Birth of the Hero*.
- Garret, Almeida, Augusto da Costa Dias, Maria Helena da Costa Dias e Luís Augusto da Costa Dias (introd.), *Obra Política- Escritos do vintismo (1820-23)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, 15.
- Gorjão, João Damásio Roussado A G.: *do S.: A.: do U.* Lisboa: Nova Impressão da Viúva Neves e Filhos, 1821.
- Hertault, Gerard, Abel Dovay, *Franc-maçonnerie et sociétés secrètes contre Napoléon*, Paris, Nouveau Monde Éditions / Fondation Napoléon, 2005.
- Lopes, João Batista da Silva, *História do que se passou com os presos políticos na Torre de S. Julião da Barra durante o governo usurpador*, Lisboa, Na Imprensa de Santa Catarina, 1833, n. 1 a 19, reeditado pela Europa América em 1984;
- Lopes, João Batista da Silva, *Istoria (sic) do cativoiro dos presos d'estado na Torre de S. Julião da Barra em Lisboa durante a desastrosa época da usurpação do legitimo governo constitucional deste reino de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1833, 4 vol.
- Luís, Frei Francisco de S., «Dedução dos Factos», em António Coelho (dir.) *Mensageiro de S. Bento: Publicação Bimensal Beneditina e Litúrgica*. Moxico (Angola) Negrelos (Minho): Colégio das Missões Beneditinas do Moxico: 1945.
- Macedo, José Agostinho de, *Manifesto do Grande Oriente Lusitano Contra a Loja Regeneração e Circulares e Protestos Desta Contra o Grande Oriente* (Lisboa: Na Oficina da Horrora Conspiração, 1823).
- Manifesto sobre o Procedimento do G. O. Luz. Em os tempos que procederão á sua desorganização, acontecida em Abril de 1815; no qual se declarão os motivos da ruína da Maçonaria em Portugal*. Cadiz: s. ed., 1815.
- Martins, Luís Gaspar, *Dedicatória apologético-política ao mui alto e poderoso senhor D. João VI...*, Lisboa: Imprensa Régia, 1823, XCII.
- Mogarro, Maria João, *José da Silva Carvalho e a Revolução de 1820*, Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- Mónica, Maria Teresa «A Maçonaria no início da Revolução Liberal», em *Diário de Notícias*, Suplemento Cultura, 20.06.1987.
- Monteiro, Nuno Gonçalo «A vida política», in, *O Colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834*, Madrid – Carnaxide: Fundación MAPFRE – Editora Objectiva, 2013.
- Monteiro, Nuno Gonçalo «População e sociedade», in, *O Colapso do Império ....*, 183.

- Monteiro, Nuno Gonçalo e Jorge Pedreira, «As chaves do período 1808-1834, in, *O Colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834*, Madrid – Carnaxide: Fundación MAPFRE – Editora Objectiva, 2013, 27.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, « L'historiographie de la révolution libérale au Portugal : perspectives récentes», in, *La recherche en histoire du Portugal*, Paris : Centre d'études portugaises Ecole des Hautes Etudes en sciences sociales – Société Française d'Histoire du Portugal, 1989.
- Monteiro, Nuno, «Lavradores, frades e forais. Revolução liberal e regime senhorial na comarca de Alcobaça (1829-1824), em *Ler História* nº 4, 1985.
- Nisas, Henry Carrion d'Espagne de, citado de Silva Dias, *Primórdio da maçonaria em Portugal*. Lisboa: INIC, 1980.
- Pedreira, Jorge e Nuno Gonçalo Monteiro (coord.), *O Colapso do Império e a Revolução Liberal 1808-1834*, Madrid- Carnaxide: Fundació Mapfre – Editora Objectiva, 2013
- Pereira, Ângelo, *D. João VI Príncipe e Rei. Últimos anos de um reinado tormentoso*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1958.
- Pereira, Miriam Halpern, *Sob o signo da Revolução de 1820: economia e sociedade*. Lisboa: Assembleia da República, 2020.
- Pereira, Miriam Halpern, *Sob o signo da Revolução de 1820: economia e sociedade*. Lisboa: Assembleia da república 1820.
- Peres, Damião, *História de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1935
- Plekhanov, Guiorgui Valentinovitch, Serafim Ferreira, (trad.) Amadora: M. Rodrigues Xavier. 1971.
- Rocha Martins, *Legendas de Portugal*, Lisboa: Edição do Autor, s.d, vol. VII, 31.
- Santos, Fernando Piteira, *Geografia e economia da revolução de 1820*. Lisboa: Europa-América, 1962.
- Santos, Manuel Pinto dos, «Sinédrio e Maçonaria no Movimento de 1820», in, *Revista de Maçonaria*, nº 1, 2020.
- Sepúlveda, Bernardo, *Alicerces da Regeneração Portuguesa*. Lisboa: Typ. Rollandiana, 1820.
- Silva, Andrée Mansuy-Diniz, *Portrait d'un homme d'État : D. Rodrigo de Sousa Coutinho Comte de Linhares 1755-1812*. Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2002, 2 vol.
- Soriano, Simão José da Luz, *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal* (Lisboa: Imprensa Nacional, 1866-1890), 2.<sup>a</sup> época, I, 378-380, 382.

- Tomás, Fernandes, *Luthero, o padre José Agostinho de Macedo e a Gazeta Universa: ou carta de um cidadão de Lisboa escrita ao Geral da Congregação de S. Bernardo*. Lisboa, Tipografia de António Rodrigues Galhardo, 1822.
- Tomás, Manuel Fernandes, *Luthero o P. José Agostinho de Macedo e a Gazeta Universal: ou Carta de Um Cidadão de Lisboa escrita ao Geral da Congregação de S. Bernardo*, Lisboa: Typogr. de António Rodrigues Galhardo, 1822, 33-34.
- Tomás, Manuel Fernandes, *Relatório feito às cortes gerais e extraordinárias de Portugal... sobre o estado e administração do Reino durante o tempo da Junta do Governo Supremo*, Lisboa: Imp. Nacional, 1821.
- Ventura, António e Maria de Lurdes Viana Lima, *Carlota Joaquina e Leopoldina de Habsburgo rainhas de Portugal no novo mundo*, Lisboa: Temas e Debates, 2019.
- Ventura, António, *Uma História da maçonaria em Portugal 1727-1986*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013.